

AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

SAR DOM AFONSO DE BRAGANÇA, PRÍNCIPE DA BEIRA,
NO 150º ANIVERSÁRIO DA REAL ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA

ENSAIO

CENTENÁRIO DA MONARQUIA DO NORTE
UMA HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA MONÁRQUICA

POR CARLOS BOBONE

ENTREVISTA

Rodrigo Moita de Deus

“As monarquias têm todas as condições para se tornarem no elemento moderador e mitigador dos efeitos dos nacionalismos e dos populismos”



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI



Não tenhamos dúvidas de que a melhor resposta à perturbadora conjuntura que vivemos é a da participação cívica. Assumindo-me como um democrata céptico à maneira do pensador e historiador Alexis de Tocqueville (1805 — 1859), cujo avô foi guilhotinado na torrente sangüinária da revolução francesa a que os seus pais escaparam por pouco graças à queda de Robespierre, estou convicto de que o melhor antídoto contra as demandas populistas e revolucionárias é uma sociedade civil organizada e comprometida com a coisa pública. Tal premissa torna-se mais urgente nesta época de atomização social e perda de influência das tradicionais estruturas agregadoras da “nação cultural” face aos desafios da inevitável globalização e da revolução tecnológica que alterou definitivamente as tradicionais formas de comunicação de massas, em si também elementos agregadores em decadência acelerada. Enfrentamos de facto tempos perigosos, ou “interessantes” como lhe chamam os chineses, numa salutar perspectiva de que as crises podem ser vistas como oportunidades.

O problema é que a conjuntura só poderia ser transformada em oportunidade se as pessoas tomassem em mãos as causas em que acreditam e por elas se mobilizassem de forma organizada.

Acontece que é dessa mudança de atitude que também depende, a médio prazo, a Causa Real, estrutura nacional assente nas Reais Associações, que mostra preocupantes dificuldades de atrair massa crítica para se renovar e, desse modo, cumprir com eficácia os seus desígnios. Não basta termos uma Família Real empenhada e exemplar nos valores que transmite, como temos. Não nos basta a generosidade

e dedicação a uma vida de serviço de que é exemplo o Senhor Dom Duarte, e não chegam os inspiradores passos dados nesse sentido pelo Príncipe da Beira, cujas recentes aparições públicas nos autorizam a projectar esperança para os que vierem depois de nós. A verdade, a crua verdade, porém, é esta: para que este nosso sonho tenha futuro urge conseguirmos atrair gente para a participação e compromisso com as nossas estruturas. É urgente invertermos a

tendência para a indiferença de quantos remetem as suas convicções monárquicas para um espaço privado, ou quando muito, as assumem através de bem-intencionadas, posto que inócuas, tiradas nas redes sociais – que resultam perversamente numa perigosa ilusão de participação. O grande de-

safio para os anos que se aproximam é o mesmo que clama o nosso bem-amado Portugal e uma Europa fracturada: que todos quantos se sintam interpelados em assumir algum protagonismo no seu destino, jovens e menos jovens, assumam a sua (mesmo que pequena) parte de intervenção no curso da História. A continuidade do movimento monárquico em Portugal, tão necessário à afirmação de valores que dão sentido e espessura à nossa comunidade, depende tragicamente de uma nova atitude dos seus simpatizantes e da sua adesão concreta e comprometida. E não vale a pena procurar fora de cada um justificações e culpados que legitimem a inércia e o conformismo. A pergunta a que temos o dever moral de dar resposta é só esta: o que é que eu posso fazer mais por aquilo em que acredito?

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

Não vale a pena procurar fora de cada um justificações e culpados que legitimem a inércia e o conformismo. A pergunta a que temos o dever moral de dar resposta é só esta: o que é que eu posso fazer mais por aquilo em que acredito?

18

ÍNDICE

4 ENSAIO

• A Monarquia do Norte • **CARLOS BOBONE**

8 ENTREVISTA

• A Rodrigo Moita de Deus • **JOÃO TÁVORA**

12

OPINIÃO E DEBATE

• Cara ou Coroa • **JOÃO VACAS**

13

NOVOS SÓCIOS

• António Manoel Atalaya

14

JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

• 5 anos de JMP

15

ACTUALIDADE

• 150º Aniversário da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa

17

NOTICIÁRIO

• XXIV Congresso da Causa Real • Causa Real - Jornada de Reflexão • Cumprimentos a S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança • Roteiros Reais • Reabilitação da sede no Largo Camões • Conferência - Carta Constitucional de 1826 • Núcleo da Costa do Estoril • Aniversário da RAL • Notícias da Real Associação do Porto • Comemorar Portugal em Tróia • Outras Actividades das Reais Associações

27

BIBLIOTECA

• A Monarquia Constitucional dos Braganças. Em Portugal e no Brasil (1822-1910) • Século tumultuoso, estabilidade régia • **VASCO ROSA**

30

NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II



António de Souza-Cardoso
Presidente da Causa Real

EDITORIAL



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

PELA PRIMEIRA VEZ

Vai longo o tempo em que, pela mão do Pai, em 1975, entrei na Sede do PPM, na bonita Praça Filipa de Lencastre, no Porto, e me conjurei como filiado e sucessivamente dirigente da Juventude Monárquica. Foi um tempo que perdurou até aos dias de hoje, em que fiz quase tudo o que um Monárquico pode fazer pela intransigente defesa das suas mais profundas e sempre reforçadas convicções. Do PPM à Liga Monárquica; das Lutas Académicas, ao Gabinete de Unidade Monárquica e ao momento fundacional das Reais Associações do Porto, a que presidi em dois mandatos, e de Braga - realizada em minha própria casa! Da Causa Real, em cada um dos 25 anos da sua existência. Foram momentos frenéticos, exigentes, trabalhosos, entusiásticos, desanimadores, românticos, esperançosos, desesperantes, e..., tantas coisas mais.

40 anos depois, por circunstâncias inusitadas que os mais próximos conhecem bem, fui novamente impelido a liderar a Causa Real. Aceitei com o único propósito de a retirar de uma letargia que ameaçava a sua vitalidade e existência e a única condição de o fazer apenas durante um mandato que sempre considerei intercalar. Unimo-nos depois de termos realizado um diagnóstico que nos pareceu, a todos, ameaçador da própria sobrevivência da Causa Real.

Foi com esta precariedade, mas espírito de Missão, que juntámos uma equipa, feita dos equilíbrios e dos compromissos possíveis. Tivemos os inevitáveis revezes próprios de um grupo que se teve de comprometer na sua própria contingência. Mas iniciámos um mandato com um propósito claro que surgiu da sintonia que os muitos anos de caminho próximo, permitiram construir com o meu querido Amigo Tomás Moreira. Juntos fomos urdindo conceitos de que já falávamos há anos e delineando uma estratégia que nos parecia sobrar de todas as que tínhamos testado e comprovado como inadequadas a uma afirmação vencedora do Movimento.

Os 3 anos de mandato que tivemos foram muito dedicados aos dois pilares fundamentais da nossa actuação - reconstruir o modelo de organização e afirmar uma estratégia política incremental que afirmasse numa primeira instância a importância num mundo cada vez mais globalizado que a Instituição Real pode assumir para Portugal, independentemente do Regime, como referencial histórico, cultural e identitário de grande valor social e económico. Com isso pretendíamos baixar o preconceito existente perante alguns estereótipos que insidiosamente a República foi construindo na opinião pública sobre o elitismo e "passadismo" da ideia monárquica de regime. Tratava-se afinal de afirmar aos Portugueses que têm um Rei capaz de unir e represen-

Os 3 anos de mandato que tivemos foram muito dedicados aos dois pilares fundamentais da nossa actuação - reconstruir o modelo de organização e afirmar uma estratégia política incremental que afirmasse numa primeira instância a importância num mundo cada vez mais globalizado que a Instituição Real pode assumir para Portugal.

tar o Mundo Português e todos os seus valores no tempo e no espaço.

Apesar de termos a certeza de que era possível fazer melhor, quando pensamos no balanço do que foi feito, percebemos que nos cerca de 25 anos da Causa Real fizemos muitas coisas que por já não serem prática há muitos anos, ou por nunca terem sido feitas, consideramos terem sido feitas pela Primeira vez:

Integrámos na Causa Reais que nunca puderam entrar, como a Real de Trás-os-Montes; ajudámos a vivificar Reais do interior ou mais débeis, como a Real Associação da Beira Interior; criámos condições para a adesão futura de novas Reais como as Reais de S. Miguel e da Ilha Terceira. E isto, porque não era feito há muito tempo, fizemos neste mandato pela Primeira vez;

Regularizámos o funcionamento trimestral da Direcção Nacional em reuniões muito participadas que, por não terem de há muito a assiduidade proposta pelos estatutos, também fizemos pela Primeira vez;

Replicámos o projecto Educar noutras Reais Associa-

ções e lançámos o mote para a sua integração com o Prémio Príncipe da Beira, pela Primeira vez;

Lançámos um Guia Doutrinário simples e pragmático que sublinha as vantagens da Monarquia e da Instituição Real em relação à República, pela Primeira vez;

Construímos uma base de dados de associados única e criámos as condições para a emissão de um cartão único de Associado, pela Primeira vez;

Apoiámos a edição regular do Correio Real e garantimos a sua distribuição a todos os associados, pela Primeira vez;

Promovemos uma aproximação tão estreita e em tais condições de cumplicidade com a Casa Real Portuguesa que uma das reuniões da Direcção Nacional da Causa Real foi feita em Sintra, em casa e com a presença de SS AA Reais os Duques de Bragança, pela Primeira vez;

Construímos um programa de "Formação e Network" com o Príncipe da Beira, realizando a primeira acção experiencial de "Um Dia com o Banco Alimentar" e com a sua presidente, pela Primeira vez;

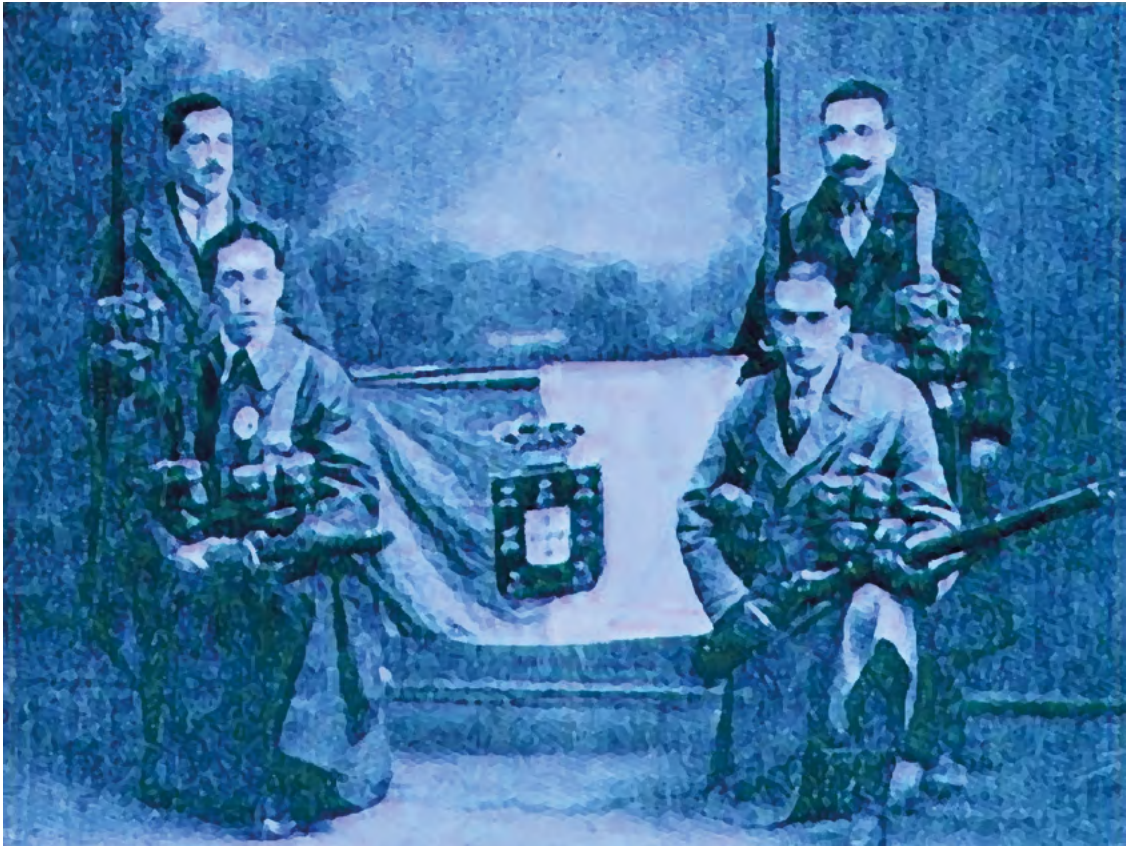
Realizámos, no Palácio da Independência, uma acção de reunião de todas as entidades e sensibilidades monárquicas idóneas, num debate sobre o futuro da organização do Movimento, inédito nos 25 anos de existência da Causa Real, pela Primeira vez

Iniciámos a Petição sobre a entrada da Família Real Portuguesa no Protocolo de Estado, com cerca de 8000 assinaturas e a presença de mais de uma centena de notáveis dos vários quadrantes da vida económica, social e política, pela Primeira vez.

CONTINUA NA PÁG. 7

A Monarquia do Norte

Por Carlos Bobone

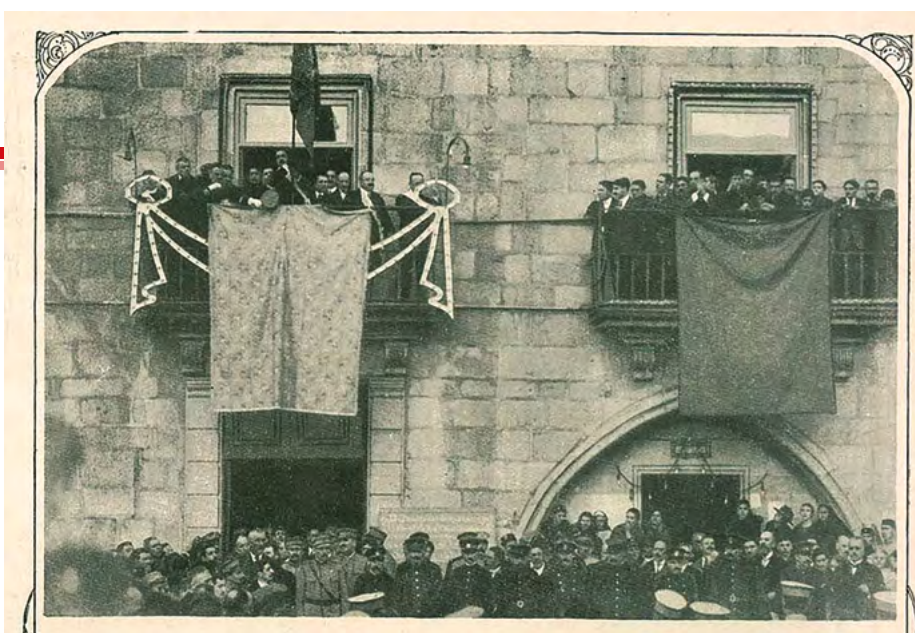


A MONARQUIA RESTAURADA

A chamada Monarquia do Norte, de que se celebram cem anos em Janeiro próximo, nasceu do movimento das Juntas Militares, criado em meados de 1918. O sidonismo trouxera para a primeira linha da vida política o exército, fortalecido na ala ordeira e decepado na turbulenta ala republicana. Depois da proclamação da república os oficiais monárquicos, estarcidos com a súbita vitória do pequeno partido que tão pouca implantação tinha no país, não encontraram outra forma de protesto senão a demissão em massa. Gesto de fidelidade bem-intencionado, foi, no entanto, um alto serviço que prestaram à república. Entregaram-lhe sem custos a espontânea depuração do exército, cujos altos comandos puderam então ser ocupados pela oficialidade afecta ao novo regime. Mas em poucos anos as intrigas e as desavenças entre os vencedores do 5 de outubro vieram a dividi-los em campos tão irredutivelmente opostos, que os menos afeiçoados ao republicanismo radical se viram constringidos a procurar a aliança com as forças monárquicas sobreviventes. Os dois políticos que se opuseram com maior frontalidade ao monopólio do poder exercido pelo partido democrático, Pimenta de Castro e Sidónio Pais, colheram fartos apoios no

Pelos finais de 1918, vivia-se num regime republicano governado, em grande parte, por monárquicos. A paz estava restabelecida nas ruas, terminara o regime do tumulto constante, dos confrontos de rua, dos assaltos aos jornais e dos cidadãos diariamente intimidados por bandos desordeiros.

campo monárquico. Reintegraram grande número de oficiais demitidos e entregaram-lhes postos da mais alta hierarquia. Combateram o sistema de caciquismo e fraude eleitoral de Afonso Costa, apoiando-se no sufrágio universal, tão louvado pelo partido republicano antes de 1910 como temido por ele depois desta data. Também para este propósito se apoiaram na força eleitoral dos monárquicos. De tal modo que se vivia, pelos finais de 1918, num regime republicano governado, em grande parte, por monárquicos. A paz estava restabelecida nas ruas, terminara o regime do tumulto constante, dos confrontos de rua, dos assaltos aos jornais e dos cidadãos diariamente intimidados por bandos desordeiros. Mas ninguém calculava quanto tempo duraria a acalmção. O pior cenário que se podia prever era o do regresso de Afonso Costa e dos seus violentos correligionários. Para impedir semelhante desgraça, um numeroso grupo de oficiais do exército criou o movimento das Juntas Militares, com um programa que se pretendia neutro em matéria política. O ponto principal consistia em impedir que, por morte de Sidónio ou outro motivo, o regime resvalasse de novo para as mãos da “demagogia”, ou seja, do partido democrático. Dentro de poucos meses o movimento das Juntas Militares alastrou a todos os distritos. Regia-se por uma



PROCLAMAÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA MONARQUIA. VARANDA DOS PAÇOS DO CONSELHO DE VIANA DO CASTELO. 20 DE JANEIRO DE 1919

hierarquia militar e tinha o propósito de, dentro de cada regimento, reunir a maioria dos oficiais, de modo que, num cenário de assalto ao poder, os centros de decisão dentro dos quartéis fossem dominados pelos seus oficiais. Dentro das Juntas Militares, os oficiais monárquicos procuraram também obter as maiorias, para que pudessem dirigir a feição de qualquer pronunciamento futuro. Um

mês antes da morte de Sidónio, na Junta Militar do Norte, estavam alcançados os dois objectivos: Todos os regimentos eram fiéis à Junta e os oficiais monárquicos predominavam sem contestação. A Junta Militar do Sul estava longe de tão favoráveis resultados.

A monarquia foi proclamada no Porto em Janeiro de 1919, um mês depois da morte de Sidónio, mas já desde a data do assassinio a Junta Militar vinha exercendo sobre as províncias do Norte uma verdadeira tutela política, sobrepondo-se com frequência aos ditames de Lisboa. Nomeava administradores de concelhos, anulava nomeações vindas da capital, discutia e recusava decisões do governo. Os sucessores de Sidónio mostravam-se tíbios e sem convicção no rumo que seguiam, o presidencialismo ia resvalando para o desacreditado regime parlamentar, as cedências aos partidos da república velha vinham acirrar a oposição das juntas. Em 7 de Janeiro o governo foi remodelado por força das negociações entre Lisboa e a Junta Militar do Norte. Os poucos concelhos nortenhos que não reconheciam esta autoridade foram submetidos por um corpo do exército comandado pelo capitão Sá Guimarães. À nomeação de um comandante militar retintamente republicano para Vila Real, reagiu a Junta com uma expedição que cercou a cidade até à exoneração do oficial intruso. Esta atitude de firmeza soberana foi o que conduziu à instalação dos cabecilhas monárquicos na capital do Norte. O predomínio dos oficiais monárquicos nos comandos das unidades era esmagador. Não se previa a possibilidade de concentrar forças republicanas nos distritos a norte do Douro.

Desde o cinco de outubro estava estabelecido, por consenso tácito, que qualquer insurreição monár-

Um mês antes da morte de Sidónio, na Junta Militar do Norte, estavam alcançados os dois objectivos: Todos os regimentos eram fiéis à Junta e os oficiais monárquicos predominavam sem contestação. A Junta Militar do Sul estava longe de tão favoráveis resultados.

quica devia ter à cabeça o destemido Paiva Couceiro. O antigo governador de Angola ganhou esse privilégio em 1910, quando se revelou o único oficial capaz de fazer frente à insurreição republicana, e consolidou-o nas duas incursões falhadas, mas altamente louvadas, de 1911 e 1912. Apesar de todas as recomendações de D. Manuel II para que os seus fiéis se mantivessem calmos, ordeiros e pacíficos, absten-

do-se de aventuras revolucionárias, os monárquicos militantes, na sua maior parte, admiravam acima de tudo a constante disposição conspirativa de Paiva Couceiro. Ultrapassando a hierarquia da Causa



PAIVA COUCEIRO

Monárquica, viam nele o verdadeiro chefe e ofereciam-lhe constantemente os seus serviços. Mesmo os oficiais de patentes superiores, não hesitavam em pôr-se sob o seu comando, prontos a qualquer aventura que o “comandante” ordenasse. Desde o tempo das incursões monárquicas Paiva Couceiro agregara em torno de si um pequeno grupo de fidelíssimos veteranos, os “rapazes da Galiza”, que o acompanhavam para todo o lado e seguiam cegamente as suas directivas. Foi com este estado-maior que se dirigiu ao Porto, onde a Junta Militar estava pronta a entregar-lhe o poder. A conspiração estava concentrada entre os meios militares, o círculo íntimo de Paiva Couceiro e um reduzido grupo de civis, próximos do integralismo necessário. Faltava-lhe a ligação aos órgãos dirigentes da Causa Monárquica e a apro-

vação régia, problema que se contornou com uma carta endereçada a Aires de Ornelas, onde se pedia o seu comentário a um conjunto de propostas um tanto vagas. O lugar-tenente de El-Rei respondeu apontando o seu parecer sobre cada um dos pontos e um dos comentários prestou-se a um famoso equívoco: “go on, palavras de El Rei”, respondia Aires de Ornelas à proposta, que lhe parecia remota, de um movimento insurreccional. Mal sabia ele que o dito movimento estava prestes a rebentar. Para os couceiristas não foi preciso outro encorajamento: estavam sancionados pela vontade régia.

MONSANTO

O destino da monarquia jogava-se, no entanto, em Lisboa. A reacção da capital aos acontecimentos do Norte foi lenta e hesitante. O governo não tinha autoridade para impor um rumo de acção ao exército. A iniciativa militar dependia daquilo que fosse concertado nas reuniões dos comandantes de regimentos, que começaram logo no dia 19, em ambiente crispado. Desde o primeiro dia se fez sentir uma cisão. Os comandantes de 14 unidades recusavam a adesão ao movimento monárquico, só 4 comandantes se mostravam dispostos a seguir a via revolucionária. Muitos oficiais monárquicos voltavam as costas à rebelião invocando fidelidades pessoais, compromissos com a ordem pública, o respeito pela hierarquia ou simplesmente as reduzidas forças que se dispunham a acompanhar os insurgentes. Entretanto o governo, privado de autoridade entre os militares, recorria à velha receita, chamava às armas em defesa da república os revolucionários civis, sobreviventes da carbonária e da “formiga branca”. Os quartéis de cavalaria 2 e 4 eram os bastiões da monarquia em Lisboa, para eles já se dirigiam grupos de civis, em busca de abrigo contra os bandos republicanos que infestavam a cidade. Avolumavam-se os preparativos para um assalto aos quartéis monárquicos e os comandantes, vendo que não se podiam defender dentro das suas unidades, procuraram um ponto de reunião na sera de Monsanto.

A escolha de Monsanto para local de concentração das forças monárquicas ficou lembrada nos manuais de história como o protótipo da decisão estrategicamente errada. Posição essencialmente defensiva, não permitia que se desencadeasse o ataque contra forças superiores em número e em munições, de onde se seguia uma probabilidade mínima de as aniquilar. Os monárquicos não levavam mantimentos que lhes permitissem resistir a um longo cerco e as munições que tinham esgotaram-se no segundo dia de combates. A artilharia que levavam

O destino da monarquia jogava-se, no entanto, em Lisboa. A reacção da capital aos acontecimentos do Norte foi lenta e hesitante. O governo não tinha autoridade para impor um rumo de acção ao exército.

As primeiras notícias divulgadas pela imprensa republicana davam conta da reprovação régia, mas quando os monárquicos se concentraram no regimento de lanceiros, a adesão de Aires de Ornelas, lugar-tenente de El-Rei, veio dar uma aprovação de que muito necessitavam os combatentes. Sem a posse da capital, no entanto, nenhuma potência poderia reconhecer o governo monárquico.

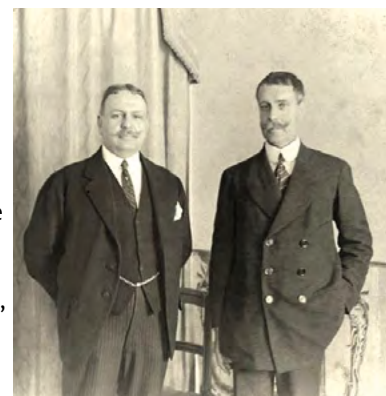
era de curto alcance, enquanto as tropas governamentais dispunham de peças de longo alcance. Não visavam objectivos militares bem definidos, sobre os quais pudessem concentrar o seu tiro. Evitaram fazer fogo sobre a cidade, o que manteve ao abrigo do tiro a maior parte das unidades militares fiéis ao governo. Do lado contrário beneficiavam

das condições opostas. Lutavam contra um inimigo bem localizado, sem capacidade de renovar as munições. Peças de artilharia, tinham-nas em abundância e chegaram-lhes reforços em homens e material ao longo dos dois dias de cerco, além do concurso de civis aguerridos, treinados no manejo das armas e no combate de rua.

Na verdade, Monsanto não foi uma opção estratégica. Todos os oficiais comprometidos reconheceram posteriormente que, se procurassem uma acção eficaz, deveriam ter tomado a ofensiva, ocupando os ministérios e outros pontos-chaves da capital. Mas no ambiente carregado de dúvidas em que se encontravam, os poucos oficiais verdadeiramente empenhados em secundar o movimento do Norte tiveram dificuldade em arrastar os hesitantes. Foi perante a ameaça de assaltos aos quartéis que os convenceram a acompanhá-los, e mesmo assim, só depois de se comprometerem a uma acção meramente defensiva. Nasceu na atmosfera do desânimo, o movimento de Monsanto estava fadado a uma curta vida. Os conselheiros Aires de Ornelas e João de Azevedo Coutinho, tardiamente envolvidos na conspiração, receberam o comando das forças monárquicas. Durante os dias 23 e 24 de Janeiro os regimentos de cavalaria 2 (lanceiros) e 4, o esquadrão de cavalaria 7, o grupo de baterias a ca-

vala de Queluz e três corpos menores, acompanhados de 200 praças de outros regimentos e de poucas centenas de civis, resistiram ao ataque de várias baterias de obuses, regimentos de engenharia, metralhadoras e infantaria, além de largas centenas de civis armados pelo governo. Apesar da desproporção de

forças, os monárquicos só cederam o terreno quando se lhes esgotaram as munições.

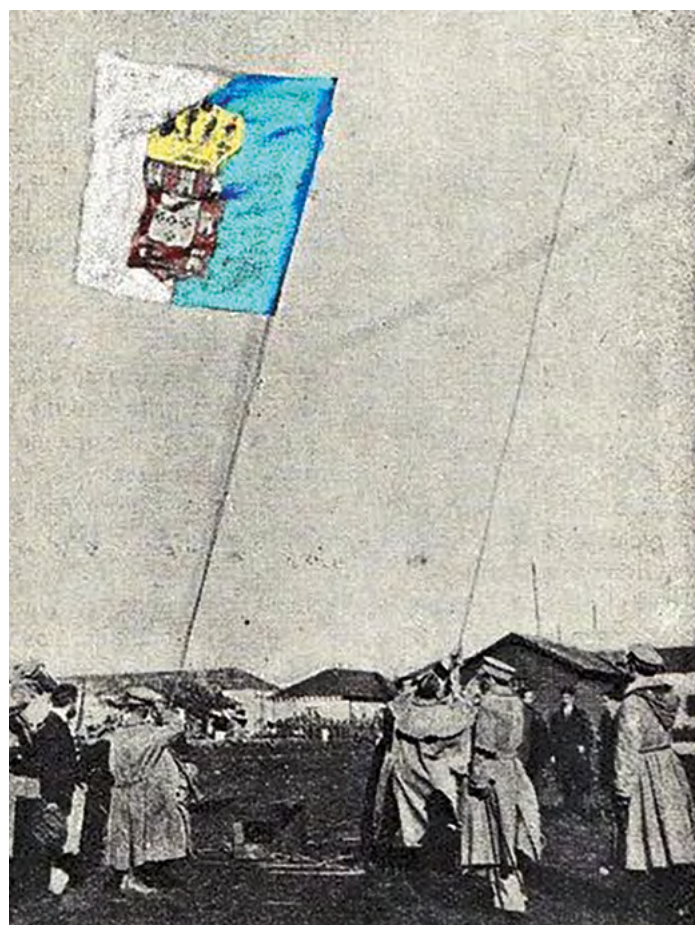


MIGUEL PAIVA COUCEIRO
E JOÃO AZEVEDO COUTINHO

O FIM DA MONARQUIA DO NORTE

A derrota monárquica em Monsanto anunciou o epílogo próximo da insurreição no Norte. Em Lisboa concentravam-se os regimentos com maior poder de fogo, ninguém acreditava que a província pudesse prevalecer militarmente sobre a capital. Do ponto de vista diplomático a Junta do Porto encontrava-se isolada, nem se sabia ao certo se a rebelião contava com o apoio do rei D. Manuel. As primeiras notícias divulgadas pela imprensa republicana davam conta da reprovação régia, mas quando os monárquicos se concentraram no regimento de lanceiros, a adesão de Aires de Ornelas, lugar-tenente de El-Rei, veio dar uma aprovação de que muito necessitavam os combatentes. Sem a posse da capital, no entanto, nenhuma potência poderia reconhecer o governo monárquico. O Ministro dos Estrangeiros da Junta Governativa, Luís de Magalhães, deslocou-se a Espanha, onde esperava encontrar o rei, mas as notícias sobre o paradeiro de D. Manuel revelaram-se falsas. As energias de Paiva Couceiro eram consumidas na defesa de Lamego, Mirandela, Estarreja, enquanto o pequeno exército monárquico ia cedendo terreno aos generais de Lisboa. No Porto o desânimo ia tomando conta dos quartéis e os menos fervorosos já faziam cálculos sobre o melhor modo de escapar a penas de prisão. A ausência de Paiva Couceiro e de outros chefes militares favoreceu uma conspiração em que se coligaram oficiais republicanos e outros que procuravam apenas uma saída airosa da situação. Em 13 de Fevereiro os membros da Junta Governativa foram surpreendidos por uma revolta que em poucas horas alastrou a vários regimentos. Paiva Couceiro, avisado tardiamente, regressou ao Porto, onde já não encontrou forças que pudessem combater a insurreição.

Ao fim de 25 dias terminava a Monarquia do Norte.



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

Estivemos nos dois últimos anos de mandato a discutir a questão do valor da Instituição Real e da importação da institucionalização no Protocolo de Estado desse reconhecimento com o Presidente da República, com o Primeiro-Ministro, com o Governo, com os líderes de todos os partidos do “arco democrático”, com parlamentares e dirigentes diversos. Podemos afirmar, com desassombro, que nunca os detentores dos mais relevantes cargos políticos falaram ou ouviram falar de Instituição

Real tanto como nestes últimos dois anos. E isso também aconteceu, pela Primeira vez.

Por isso nos sentimos de consciência tranquila e sentido do dever cumprido no final deste mandato. Certos de que podíamos ter feito mais e melhor. Conhecedores que somos das muitas debilidades do Movimento, mas muito esperançosos no caminho que já foi feito e na solução de continuidade que ajudámos a construir e que terminou no Congresso realizado em Rio Maior.

Um Concelho tão simbólico na história política da Democracia Portuguesa e que leva no nome o mesmo designativo da moção de estratégia e da lista que foi consagrada para liderar o novo Ciclo – Causa Maior!

À Teresa Corte Real, à nossa Causa Maior e a todos os Monárquicos, deixamos ainda a nossa permanente disponibilidade e a imensa convicção de que podemos juntos, conseguir no Século XXI, dar um Rei a Portugal e ao Portugueses,.. pela Primeira vez!

ENTREVISTA A

Rodrigo Moita de Deus

«Tive a sorte de crescer e ser educado num ambiente em que éramos encorajados a tirar conclusões e a decidir pela nossa própria cabeça. Um ambiente à prova de preconceitos e estereótipos.»

Entrevista por João Távora

O entrevistado deste número do Correio Real é Rodrigo Moita de Deus. Nascido em Lisboa em 1977, pai de três rapazes, define-se a si próprio como “social marialva, monárquico não praticante e activista militante”. Polemista reputado, emergido do tempo áureo dos blogs, foi publicitário e jornalista no Semanário e no Euronotícias e um dos fundadores do 31 de Armada, o blogue político que se celebrizou com o hastear de uma bandeira portuguesa da monarquia na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, iniciativa que, em Agosto de 2009, abalou os noticiários, incendiou as opiniões e pela qual foi constituído arguido. *Senior Partner* da agência de comunicação Next Power e director do News Museum, um museu dedicado às notícias, aos media e à comunicação, situado em Sintra, tem hoje várias colunas de opinião e participa no programa de debate das sextas-feiras “O Último Apaga a Luz” na RTP Notícias.



Já nasceu monárquico ou foi uma conversão? Como foi o processo dessa assunção?

Acredito que ninguém nasce monárquico. Como ninguém nasce republicano. Simplesmente tive a sorte de crescer e ser educado num ambiente em que éramos encorajados a tirar conclusões e a decidir pela nossa própria cabeça. Um ambiente à prova de preconceitos e estereótipos.

É um profissional de comunicação. Como explica o seu trabalho e como descobriu essa vocação?

Tenho ideia de que esta ligação, directa e indirecta, aos media é o meu pretexto para participar no debate público. Foi a forma que encontrei de tentar “mudar o mundo”. Podia ser pior. Podia ter ido para a política.

Porque preferiu trabalhar do lado da notícia em vez do jornalismo?

Na realidade passei por quase todos os lados. Da publicidade à comunicação. Da comunicação ao jornalismo. Do jornalismo à opinião. Sempre acreditei que estas diferentes disciplinas podem ser complementares. Sobretudo sempre acreditei que nos podem dar uma outra visão do país e das pessoas.

Vivemos tempos perigosos de emergência de novos radicalismos e desafiantes fracturas no mapa político europeu. Acredita que a Instituição Real nos países monárquicos pode revelar-se como um elemento moderador dessas dinâmicas?

Esse é o grande desafio – e oportunidade – das Casas Reais de toda a Europa. Ironicamente – ou não – as monarquias têm todas as condições para se tornarem no elemento moderador e mitigador dos efeitos dos nacionalismos e dos populismos. As Casas Reais podem e devem tornar-se nas grandes defensoras do projecto democrático europeu. E quem preferir ficar à margem deste debate pode correr o risco de ser ultrapassado pelas circunstâncias.

Serão as monarquias capazes de sobreviver aos movimentos nacionalistas que ameaçam atomizar o mapa político europeu?

As monarquias vão ter de escolher em que lado da história querem

ficar. E não é a primeira vez que as monarquias são confrontadas com esta decisão. Nas décadas de trinta e quarenta diversas Casas Reais fizeram a opção errada. Preferiram a cumplicidade ou o silêncio: Itália, Bulgária, Hungria... a consequência foi o seu desaparecimento. A história ensina-nos que não há lugar para ambiguidades.

Como deverão as Casas Reais europeias lidar com o fenómeno das redes sociais e a perda de influência dos mediadores de massas (imprensa e televisão)?

É um desafio. É um desafio onde, por exemplo, os partidos tradicionais têm falhado permanentemente. A informação sem intermediários permite uma comunicação directa com as pessoas e para as pessoas. Mas, isso significa que é preciso mudar tudo. É preciso mudar os meios com que comunicamos porque as audiências estão fragmentadas em centenas de diferentes plataformas. É preciso mudar a forma como comunicamos porque o público exige proximidade, presença e personalização da mensagem. Antes falávamos para uma massa mais ou menos indistinta de pessoas. Hoje o público exige que o tratem pelo nome próprio. E é preciso mudar o que comunicamos. Ao contrário do que muitos nos querem fazer

crer, nunca tantos leram tanto. Nunca tantos foram tão informados. Nunca tantos foram tão exigentes ou tiveram expectativas tão altas. Para termos uma ideia de como o mundo mudou bastará lembrar que seremos a primeira geração a viver num país e num continente onde o analfabetismo e a pobreza extrema foram tecnicamente erradicados.

Considera que a “auto-edição” e os social media são mais uma ameaça ou uma vantagem para a afirmação das Casas Reais europeias?

A diferença entre uma oportunidade e uma ameaça está na nossa reacção aos novos factos. Teoricamente é uma oportunidade. Uma oportunidade porque o desaparecimento dos intermediários, dos *gatekeepers*, permite uma comunicação menos influenciada por ideias feitas e preconceitos. Mas um mundo onde as pessoas são, ao mesmo tempo, consumidores e produtores de informação, é também muito mais exigente em todas as dimensões. É preciso estar à altura dessa exigência.

Acredita que caminhamos para um futuro sem jornalismo (como o entendemos)? É optimista ou pessimista?

O jornalismo já mudou. Ainda que alguns não tenham dado conta disso. Há uma enorme diferença entre levar notícias e levar informação. Durante algumas décadas acreditámos que o papel do jornalismo era levar as notícias. E nesse sentido passámos a entender o jornalismo como intermediário. A questão é que a tecnologia desempenha esse papel de forma



muito mais eficiente. Não precisamos de jornalistas para receber as notícias no telemóvel ou no computador. Precisamos de jornalistas para perceber o tema, aprofundar o tema e tratar a informação. Na prática, temos hoje a melhor oportunidade de sempre de regressar às origens do jornalismo. Com tudo por inventar. E isso é...uma boa notícia.

Como entende os desafios comunicacionais para uma Casa Real não reinante, como é o caso da portuguesa, para que mantenha os mínimos do reconhecimento político e social?

Muitas vezes confundimos a comunicação com aquilo que é comunicado. Queixamo-nos da falta de atenção dos media e do público e identificamos um problema de comunicação quando é simplesmente um problema de conteúdo. Ninguém tem de seguir os media. Os media existem para nos seguir a nós. E quando o que temos para dizer é interessante, desafiante e estimulante então garantimos esse reconhecimento político e social.

Em 2019 perfarão 10 anos sobre o hastear da bandeira azul e branca na Praça do Município que, em conjunto com o Centenário da República, chamou a atenção sobre o tema da opção monárquica na comunicação social por uns tempos. Acha que esse impulso foi desperdiçado?

Esse impulso de que fala não é obra de quem trepou à varanda da Câmara Municipal. É feito da responsabilidade de centenas ou milhares de adeptos de causa monárquica. Nós fomos só o pretexto, o conteúdo, a desculpa para saírem do armário. E isso devia dizer-nos qualquer coisa.



Que conselhos daria aos monárquicos que militam com mais ou menos responsabilidades formais nesta velha e acidentada Causa com 108 anos?

Como monárquico não praticante, sempre esguio em relação a responsabilidades, não me ficaria bem dar conselhos.



CARA OU COROA?

João Vacas

Mais de cem anos volvidos sobre a implantação da república, seria de esperar que o regime tivesse tido a capacidade de sarar as feridas que a sua sanha destrutiva rasgou no coração das nossas terras. Que a paisagem urbana, agitada pelo ímpeto revolucionário, conseguisse incorporar de modo minimamente harmonioso os novos símbolos do novo Estado que se anunciava progressista e estribado na ciência.

Passado todo este tempo, as chagas perduram. Permanecem à vista de todos como testemunho da brutalidade inconsequente que se abateu sobre edifícios, pinturas e esculturas. Uma sombra de coroas destruídas e o espaço que estas ocupam mantém-se. Falam com a clareza de um sepulcro vazio.

Nenhuma tentativa de as substituir ou emendar resultou minimamente credível ou esteticamente aceitável. Algumas coroas ainda resistem, partidas: o furor destrutor foi menos consequente que a obstinação que estas demonstraram em se perpetuarem.

São pedras que falam. Sobretudo as que lá não estão. A tentativa da sua substituição por esferas armilares tornou o novo conjunto simbólico incôngruo e assumidamente remendado. A opção esférica gorou-se. Nos sítios em que o rigor da demolição foi mais tenaz, rapidamente se compreendeu que melhor seria deixar que nada encimasse as nossas armas. E o nada lá ficou.

As coroas destruídas contam-nos a história da arrogância humana e da crença fanática no progresso. Demonstram até que ponto se procurou arrasar e desfear, para refazer tudo. Mas a violência e o opróbrio demonstraram, como demonstram sempre, total incapacidade para darem origem a qualquer

coisa que seja, simultaneamente, nova e nossa.

Os estilhaços das coroas que ainda resistem por todo o país são o testemunho, pétreo e silente, de um povo que viu serem-lhe impostos, uma e outra vez, regimes políticos sem que tivesse aderido a eles e que se acomodou às mudanças com resignação, mas sem coração. O Portugal das coroas partidas é o dos brutos que nos querem salvar de nós próprios. Daqueles que querem civilizar-nos à força. Dos que

desdenham e rejeitam aquilo que somos e, mais ainda, o que sempre fomos.

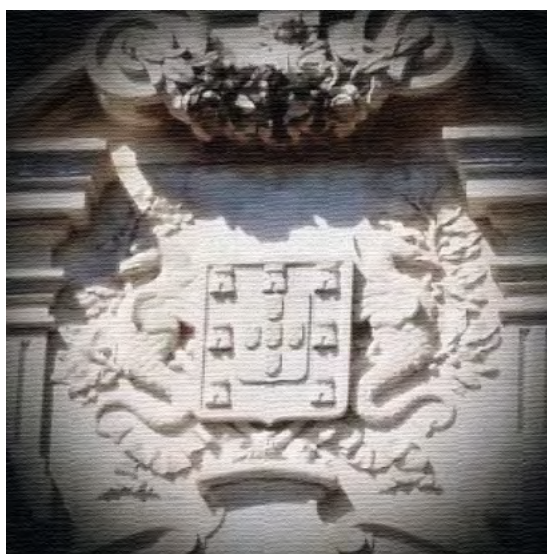
A ruína das coroas coroa a ruína do país. Cada coroa partida ou eliminada e o espaço que delas ficou demonstra como as instituições estruturantes não se apagam com a mesma facilidade que as suas manifestações exteriores. O Portugal simbólico que nos legou a república é o da pilhagem, da perseguição e do vazio espiritual. O país da compressão das liberdades em nome da Liberdade. Um lugar profanado. Um sítio onde as pedras se vergaram ao escopotal como as pessoas deveriam vergar-se à apregoada ordem

nova. Um lugar desmemoriado. Velho sem ser antigo.

Cada coroa que subsiste recorda outro tempo, um outro país e uma outra história que, por desdita, não fomos capazes de merecer. Cada uma destas marcas de equilíbrio e completude do todo nacional e da sua dimensão transcendente recorda-nos o que poderíamos ter sido. São sobreviventes e profetas infelizes. Pedra feita palavra.

Não se criam relações partindo pedras, mas as múltiplas caras da república demonstraram não ser capazes de muito mais.

Antes uma coroa de rosto humano.



REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

Sabia que
toda a nossa actividade é financiada
pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 Email: secretariado@reallisboa.pt

APELO!





NOME: António Manoel Atalaya
IDADE: 62 anos
NACIONALIDADE: Português
OCUPAÇÃO: Pré-reforma como Director e Consultor

CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?
 Sou monárquico por tradição e, convicção! A Família de que descendo, com séculos de existência, já atravessou gerações, Reinados e Dinastias. Há já mais de vinte anos que me tornei associado da Associação da Nobreza Histórica de Portugal. Os meus ideais monárquicos sempre estiveram bem presentes, de modo que ter formalizado o ano passado a minha adesão à Causa Real foi uma consequência lógica e normal dos valores em que acredito e defendo.

CR: Quais os seus principais desafios?
 Portugal é uma Nação com quase 900 anos de história, a mais antiga da Europa com as actuais fronteiras, repleta de feitos e acontecimentos que marcaram o Mundo. Lamentavelmente parece que, nos dias que correm, nada disso é valorizado, havendo mesmo um desconhecimento por parte das camadas mais jovens, e uma total adulteração por parte de alguns mais velhos. Também muitas das nossas tradições têm vindo a desaparecer. Ao longo dos últimos anos temos vindo a assistir a uma crescente degradação dos valores, e isto transversal a vários sectores e classes da nossa sociedade. As regras instituídas, e a própria Lei, são continuamente desrespeitadas.

A República não serve, não presta, e só a Monarquia nos pode recuperar os valores perdidos, e voltarmos, não digo em tamanho, mas em valores, a ser Grandes! Por essas razões não voto para a Presidência da República, sempre com a esperança que um dia possa viver em Monarquia, e se tal não acontecer no meu tempo, que seja no dos meus filhos ou netos. “A esperança é a última a morrer!”.

Aliás, estou perfeitamente convencido que se El-Rei Dom Manuel II não tivesse desaparecido tão prematuramente, a Monarquia teria sido restaurada!
 Os meus desafios serão, portanto, tentar ajudar a tornar esse sonho uma realidade

CR: Como vê hoje o movimento monárquico?
 O movimento monárquico português, na minha opinião, tem estado um pouco parado, precisa de ser mais activo, de se expor, e aparecer mais, mas pelas boas e correctas razões, junto das populações, dos meios de comunicação social, e das redes sociais que tanto peso têm nos tempos que correm. Noto, no entanto, que ultimamente tem havido um esforço visível nesse sentido mas é necessário fazer mais, e melhor, para que se consiga ir passando a mensagem. É fundamental a união em torno de SAR O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, mas não de jogos politiquieiros, ou de interesses pessoais, que em nada engrandecem esta tão nobre instituição que queremos para Portugal - Monarquia!

CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?
 De acordo com os meus conhecimentos, e disponibilidade, tentarei com os meios ao meu alcance ajudar a Causa Real, bem como todas as outras Entidades que lutam pelo mesmo objectivo, a divulgar e promover a Monarquia, o Chefe da Casa Real Portuguesa, e todos os valores e tradições associados.



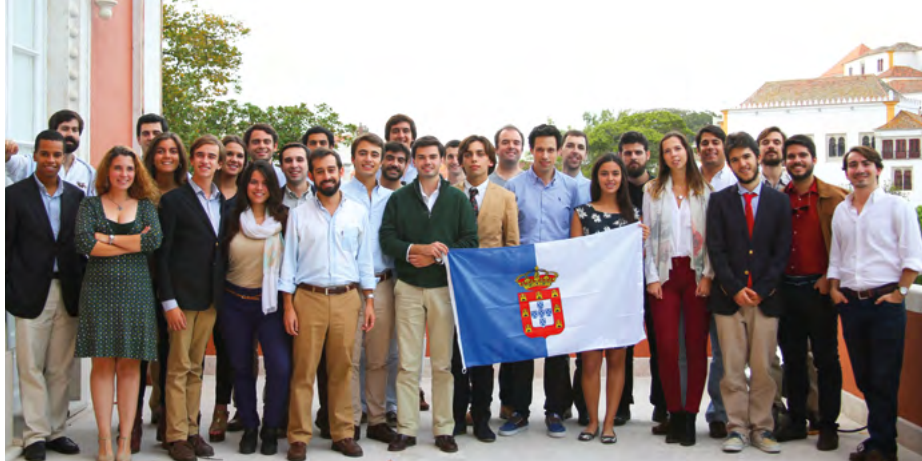
O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
 1200-243 Lisboa
 Atendimento de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas
 Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702
 Email: secretariado@reallisboa.pt
 Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt
 Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora
 Redacção: Diogo Tomás, Leonor Martins de Carvalho, João Távora, Tomás Moreira, Carlota Cambournac (revisão final)
 Design e edição: Madalena Pestana
 Fotografia: ©Nuno de Albuquerque
 Produção: Sinapse Media
 Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo
 2250 exemplares
 Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1 alínea a)



5 Anos de JMP



A JMP fez 5 anos de viagem no passado dia 5 de Outubro e está de parabéns pelos frutos que plantou pelo caminho. Quando se cumprem 5 anos de existência, soma-se um conjunto de moções que marcaram o ritmo da caminhada.

Primeiro, as moções globais que desenharam a estratégia das duas direcções que a JMP teve até à data. Hoje podemos dizer que a JMP é conhecida por muitos jovens portugueses graças a acontecimentos como a colaboração com os Jovens 1º de Dezembro, a adesão ao Conselho Nacional de Juventude, o lançamento do site e redes sociais, a participação durante os quinze dias do arraial de Santo António na freguesia da sua sede, as duas edições da Academia de Verão e a criação de núcleos académicos em duas importantes universidades de Lisboa e do Porto.

Também as moções sectoriais permitiram definir a proposta de monarquia que a JMP pretende defender.

Destacamos duas. A moção «Nascer com o Rei na barriga», primeiro apresentada em Novembro de 2014 e depois votada em Março de 2015, propôs o alargamento da condição de associado dos 18 para os 14 anos de idade, e da condição de simpatizante desde a concepção até aos 14 anos. Sendo naturalmente uma declaração de princípio, desde sempre defendido por SS.AA.RR., orgulha-nos fazê-lo constar dos nossos Estatutos.

A moção «Dia Mundial do Ambiente», que propunha um gesto no sentido da reflorestação da área arida em Portugal, terá a sua concretização em 2019, numa acção liderada pelo Rui Mateus, um jovem da Real Associação da Beira Interior, com o apoio conjunto da JMP e da Causa Real. Desde já convidamos os nossos leitores a manifestar interesse na iniciativa através do endereço da nossa secretaria.

Por fim, partilhamos os nossos números, de quase três centenas de associados, seis juventudes locais, nove assembleias-gerais nacionais, dois núcleos académicos, múltiplos eventos na sede e pelo país, presença em força em cinco jantares dos Conjurados, dois bailes da jaqueta e três jantares de Reis, inúmeros convites por entidades externas e um só objectivo: divulgar o ideal monárquico para restaurar Portugal.

Carmo Pinheiro Torres
*Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da JMP
e Vogal da Comissão Executiva da Causa Real*



150º ANIVERSÁRIO

REAL ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA

A Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa realizou a sessão solene comemorativa dos seus 150 anos no Pátio da Galé, ao Terreiro do Paço, a qual contou com a presença de SAR Dom Duarte Pio de Bragança.

Perante mais de 200 convidados, entre os quais as representações diplomáticas de 21 Países e a Nunciatura Apostólica, foi a Instituição agraciada com a Ordem da Liberdade e com a Medalha de Honra ao Mérito - Grau Ouro da Liga dos Combatentes, possuindo já, como membro honorário, a Real Ordem da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a Ordem de Mérito, a Ordem do Infante Dom Henrique, a Ordem de Cristo e a Ordem da Torre e Espada – Valor, Lealdade e Mérito

A Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa possui o título de “Real” desde 1868, concedido por SMF El Rei Dom Luiz, e é a única associação com o título de “Real”, efectivo desde 2010, reconhecido pelo Estado Português após a República.

As entidades presentes foram recebidas pelo seu presidente da direcção, o Visconde de Montargil e pelo comandante do Corpo de Bombeiros, Paulo Vitorino, cavaleiro da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em parada estava formada a Companhia de Bombeiros Voluntários de Lisboa, onde SAR Afonso de Bragança, Príncipe da Beira, se encontrava incorporado como membro efectivo em estágio, tendo-lhe sido atribuída a medalha comemorativa dos 150 anos.

A cerimónia foi presidida pelo vice-presidente da Assembleia da República, Dr. José Manuel Pureza, que salientou o reconhecimento pela República do título de Real da Associação desde 2010 e saudou SAR Dom Duarte pela presença naquela sessão solene comemorativa.



Com honras de transmissão televisiva pela TVI e radiofónica pela Rádio Renascença realizou-se, no dia 21 de Outubro, na Igreja de São Roque, a Santa Missa Solene comemorativa dos 150 anos dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, abrilhantada pelo coro da Fundação Calouste Gulbenkian e presidida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Clemente, contando com a presença de SAR Dom Duarte Pio de Bragança.

Por decreto do Cardeal Patriarca, foi elevado a padroeiro da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa “São Roque dos Carpinteiros de Machado” e, na oração dos fiéis defuntos, o terno de clarins do Corpo de Fuzileiros exaltou a memória de todos aqueles que faltaram à chamada na formatura dos Bombeiros.

SAR Dom Duarte Pio de Bragança, através de SAR Dom Afonso de Bragança, por proposta desta Real Associação Humanitária, condecorou na Santa Missa, com a Medalha de Mérito da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, abençoada pelo Cardeal de Lisboa, dezassete Associações de Bombeiros às quais foram concedidos os títulos de Reais Associações por El Rei D. Luiz ou por El Rei D. Carlos e os mantêm: Bombeiros Voluntários da Ajuda, Porto, Peso de Régua, Braga, Santarém, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão, Figueira da Foz, Póvoa do Varzim, Vizela, Sintra, Sesimbra, Arcos de Valdevez, Aveiro, Progresso Barcarenense e Évora. •



FOTO REPORTAGEM ©NUNO ALBUQUERQUE

FOTOGRAFIAS: 3. Luis Lavradio, Comte. Paulo Vitorino, SAR Duque de Bragança, Francisco de Menda

4. SAR Duque de Bragança, SAR Príncipe da Beira, Comte. Paulo Vitorino

6. SAR Duque de Bragança com Pedro Branco de Mello Montargil.

7. Príncipe da Beira, Nuno Albuquerque Gaspar.

XXIV CONGRESSO DA CAUSA REAL

Nos dias 27 e 28 de Outubro, em Rio Maior, realizou-se o XXIV Congresso da Causa Real, organizado pela Real Associação do Ribatejo.

A manhã do primeiro dia foi dedicada à discussão e aprovação do relatório de actividades e contas do ano de 2017, apresentado por membros da direcção cessante, bem como à análise e aprovação das conclusões das Jornadas de Reflexão realizadas no dia 30 de Junho.

António de Souza-Cardoso, ainda como presidente da Direcção, fez o balanço de 3 anos de mandato referindo algumas das acções fundamentais concretizadas, nomeadamente “a centralização numa base de dados única dos associados de todas as reais associações, o envio do Correio Real para casa de todos os associados, a regularização de aspectos legais e burocráticos, a revitalização de reais associações que estavam sem actividade, a actividade política intensa gerada pela petição pública - que propõe a inclusão do Duque de Bragança no protocolo de Estado - que contribuiu para que a república ouvisse falar dos monárquicos como há muito não acontecia”, etc..

Tomás Moreira, a propósito da principal acção política do mandato - a petição já referida, sublinhou a importância de todo o processo, principalmente pelos contactos que se fizeram com personalidades da vida portuguesa e com os principais órgãos de soberania.

A tarde ficou reservada à apresentação, discussão e votação das moções de estratégia para o novo triénio; seguindo-se um jantar que contou com a presença de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte e Isaura Maria Bernardino Morais, presidente da Câmara Municipal de Rio Maior.

No segundo dia realizaram-se as eleições para os órgãos sociais da Causa Real, tendo sido eleita Teresa Côrte-Real como presidente da Direcção Nacional.

Na moção “Causa Maior”, aprovada pelos congressistas, Teresa Côrte-Real definiu muito bem os termos da sua actuação: “A nossa missão é muito clara: apoiar e ajudar a otimizar a intervenção da Casa Real na vida nacional. Potenciar o seu capital histórico, simbólico e moral para defender a identidade e soberania portuguesas, promover a coesão social do país e incrementar as ligações entre as diversas parcelas da civilização lusitana espalhadas pelo mundo. Demonstrar a Monarquia como uma alternativa válida ao actual regime”.

A nova Presidente da Causa Real referiu que “num plano supra-partidário, esta Direcção estará atenta e actuará sempre e quando os agentes da República puserem em causa os interesses nacionais”.

Os trabalhos do XXIV Congresso da Causa Real foram encerrados com uma motivante intervenção de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, que alertou para problemas tão actuais como a questão demográfica, o ensino ou a situação nas Forças Armadas. O Duque de Bragança voltou a referir-se à Constituição da república Portuguesa, propondo que nos limites materiais de revisão passe a constar “a forma democrática de governo em vez da forma republicana de governo”.

Sentiu-se unanimidade na consideração de que a organização do Congresso, pela Real Associação do Ribatejo, foi incansável antes e durante a realização da reunião magna dos monárquicos portugueses.



NOVA DIRECÇÃO
PRESIDENTE
Teresa Côrte-Real

VICE-PRESIDENTE
Diogo Tomás Pereira

SECRETÁRIO-GERAL
José Craveiro Lopes Lobão

TESOUREIRO
Raul Bugalho Pinto

VOGAIS
André Lopes Cardoso
António Sobral
Guilherme Macedo Sampaio
Hélio Loureiro
José Aníbal Marinho Gomes
José Tomaz Castello Branco
Maria José Freire de Andrade

FOTOGRAFIAS: 1. Teresa Côrte-Real 2. Aspecto geral da sala
3. Teresa Corte Real e José Carlos Ramalho, presidente da Real Associação do Ribatejo





Em Junho passado, a Causa Real convocou para uma Jornada de Reflexão todos os membros dos seus órgãos sociais, o Conselho Privado e assessores da Casa Real Portuguesa, e ainda várias personalidades que entendeu poderiam ser úteis para uma reflexão o mais conclusiva possível sobre o futuro que se deseja para o movimento monárquico.

Com a designação de Estados Gerais, reuniram-se no dia 30 de Junho, no Palácio da Independência, em Lisboa, mais de cinquenta participantes para um amplo e participado debate.

Discutiu-se quais as instituições que compõem o movimento monárquico, como interagem entre si e como as interligar e coordenar, reflectiu-se sobre uma reorganização profunda do movimento e analisaram-se cenários e reformas possíveis para obter maior eficácia. Surgiram recomendações concretas à Causa Real para simplificar e otimizar a sua organização e funcionamento.

Surgiu um largo consenso no diagnóstico de que na opinião pública não há interesse pela questão do regime, continua-se a confundir o movimento monárquico com o PPM, não se consegue dar suficiente visibilidade às actividades da Família Real, a Monarquia não tem conseguido ganhar adeptos de forma sensível e não estamos hoje mais próximos da Restauração do que há 25 anos atrás.

A exemplo das outras entidades do movimento, a organização da Causa

Jornada de Reflexão 30 DE JUNHO DE 2018

Real é amadora e dependente de boas-vontades pontuais, sem recursos para uma estrutura profissional e com dificuldade em encontrar dirigentes competentes e em garantir a sua continuidade.

Após 25 anos de existência, a Causa Real tem pouca visibilidade política e, apesar do seu prolongado esforço, não consegue cumprir o seu objectivo estatutário de coordenar o movimento monárquico. A actuação dos

A Causa Monárquica promoverá a reflexão e a produção e edição de conteúdos que promovam a monarquia, em coerência com os seus estatutos, que preconizam como objectivos "promover e apoiar o estudo e a divulgação do ideário monárquico, designadamente através da realização de seminários e da edição de publicações"

monárquicos caracteriza-se ainda por uma proliferação de organizações de dimensão limitada e eficácia duvidosa, sem articulação entre si e por vezes rivais. As outras entidades do movimento não aceitam a coordenação – no sentido de orientação ou tutela – por parte da Causa Real. Não há mecanismos institucionalizados de interligação entre as instituições que compõem o movimento, incluindo a Casa Real Portuguesa e as entidades na sua esfera.

É reconhecido que a diversidade de instituições e as suas particularidades são enriquecedoras, mas que a comunicação para o exterior terá de ser mais estruturada e coordenada, para dar maior coerência e visibilidade ao movimento e às actividades da Família Real, sendo essencial para o efeito, por parte de todas as entidades, um compromisso de comunicação mais regular e sistemática, exigindo-se

que os seus dirigentes se aproximem e trabalhem em equipa, garantindo a cooperação entre instituições, na salvaguarda da independência de cada uma.

Pede-se à CASA REAL para nomear uma pessoa específica que a represente (e às entidades que lhe estão ligadas) perante o movimento monárquico.

Outra conclusão foi que as iniciativas de doutrinação por parte da Causa Real têm sempre sido demasiado modestas, devido a outras prioridades e à sobrecarga de tarefas para os seus dirigentes, não se podendo esperar que novas Direcções consigam obter melhores resultados se nada se alterar.

Para contrariar essa tendência, anunciou-se como medida concreta reactivar a Causa Monárquica – em hibernação há mais de 30 anos - para que, sob controle da Causa Real, passe a apoiar e complementar esta na área da doutrinação. A Causa Monárquica promoverá a reflexão e a produção e edição de conteúdos que promovam a monarquia, em coerência com os seus estatutos, que preconizam como objectivos "promover e apoiar o estudo e a divulgação do ideário monárquico, designadamente através da realização de seminários e da edição de publicações". Aliás, logo no primeiro Congresso da Causa Real em Viana do Castelo, em 1993, ficou formalmente decidido dar este destino à Causa Monárquica, o que, no entanto, se foi sempre adiando. A eleição de uma Direcção para dinamizar a Causa Monárquica permitirá começar a dar corpo a este objectivo, esperando-se dela contributos importantes de que a Causa Real e todo o movimento monárquico possam beneficiar.

• Tomás Moreira

Cumprimentos a S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança

16 DE MAIO DE 2018

No passado dia 16 de Maio, a recém-eleita direcção da Real Associação de Lisboa foi apresentar cumprimentos a S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança, ocasião aproveitada para darmos conta dos projectos para

este mandato e para uma agradável e descontraída conversa.

FOTOGRAFIA: Nuno M. Barata-Figueira, Pedro Ferreira de Carvalho, Leonor Martins de Carvalho, Raul Bugalho Pinto, Pedro Amaro, S.A.R. O Senhor Dom Duarte de Bragança, João Távora, Fernando Águas e Masha Cohen.



Como é já tradição, a Real Associação de Lisboa continua a promover os seus Roteiros Reais, com o inestimável apoio do seu associado e historiador Joel Moedas Miguel.

Assim, a 16 de Junho, efectuou-se uma visita ao Palácio da Mitra em Santo Antão do Tojal (Loures), mandado construir pelo primeiro Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, entre 1728 e 1732, no lugar do antigo Palácio dos Arcebispos que já existia desde o séc. XIII. O seu conjunto arquitectónico, que inclui o Paço do Patriarca, o Palácio-Fonte e a Igreja/Capela do Patriarca, é único no contexto do urbanismo rural português, destacando-se uma série de azulejos emblemáticos do séc. XVIII, as figuras de convite, escultura com mármore de Carrara ao gosto italiano e um jardim/horta onde ainda se conservam os pombais.

Ainda antes das férias, a 7 de Julho, a Real Associação de Lisboa foi à Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora, cuja dimensão e beleza marcam de forma inequívoca a paisagem urbana da cidade desde a sua construção, iniciada no séc. XVI sobre a primitiva

igreja mandada construir por D. Afonso Henriques para albergar as relíquias do santo protector da cidade. Destacam-se o imponente baldaquino joanino na igreja, os dois claustros forrados com belíssimos silhares de azulejos, o Panteão Real, o panteão dos Patriarcas e a Sacristia, onde estão sepultados alguns cavaleiros que participaram na conquista de Lisboa em 1147.

Já a 22 de Setembro, aconteceu a visita ao Palácio dos Duques de Palmela,

actualmente Procuradoria Geral da República, que nasceu de um antigo palácio do século XVIII, que se torna, no início do século XIX, residência dos Condes da Póvoa e, finalmente, em 1843, residência dos Duques de Palmela. Este elegante palácio teve várias campanhas de obras que lhe dão o aspecto actual, sendo que só no início do séc. XX recebe as famosas esculturas da entrada nobre que identificam de forma única o Palácio Palmela no contexto nacional. •



Reabilitação da sede no Largo Camões

Como foi anunciado na última Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, a direcção tomou em mãos a urgente remodelação das instalações da sede na Praça Luís de Camões, que contempla a criação de um espaço polivalente de convívio e de uma “biblioteca monárquica”.

Recebidas algumas propostas, foi seleccionado o projecto a implementar, concebido pela empresa Techniconstroi, do qual desvendamos aqui imagens.



O objectivo é criarmos condições para acolhermos, com dignidade e conforto, os nossos associados, tirando o melhor partido possível da localização privilegiada da nossa sede. Este esforço só fará sentido se os nossos associados se interessarem por ele e quiserem fazer deste espaço um local de encontro, convívio e mobilização política.

Em breve daremos conta das acções que a Real Associação de Lisboa irá levar a cabo para assegurar o financiamento deste projecto, que gostaríamos fosse assumido por todos. O projecto e respectivo orçamento estão disponíveis para consulta pelos associados na nossa sede. •

Conferência - Carta Constitucional de 1826

5 DE OUTUBRO DE 2018



A Real Associação de Lisboa organizou, no passado dia 5 de Outubro, no Espaço Santa Catarina, na Junta de Freguesia da Misericórdia, uma conferência com o Professor Jorge Miranda sobre a Carta Constitucional de 1826.

Numa tarde cálida que mais parecia de Verão, e perante uma plateia cativada, o ilustre constitucionalista e académico discorreu sobre esta Constituição, outorgada por D. Pedro IV, as suas especificidades face à Carta do Brasil, as suas similitudes com a Constituição de 1976, os actos adicionais

(revisões constitucionais) ao longo dos seus 72 anos de vigência até ao golpe revolucionário que impôs a Portugal a república.

Após a conferência decorreu um animado debate moderado por João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, que aproveitou para relevar a importância que tem o conhecimento da história do nosso País e dos consequentes processos políticos, como reflexo do povo que somos. •



O Núcleo da Costa do Estoril da Real Associação de Lisboa promoveu, no dia 13 de Outubro, um passeio pedestre a Cascais pelas antigas casas de veraneio e outros pontos de interesse da Vila.

A Vila de Cascais, sendo tradicionalmente uma vila piscatória, e tendo apenas um monumento militar importante e algumas edificações religiosas além das casas dos pescadores, tornou-se, na segunda metade do

séc. XIX, um importante centro de veraneio, frequentado pela família Real e pela corte até 1910. Este facto levou a que muitas famílias da aristocracia e da alta burguesia aí construíssem as suas residências de veraneio para se instalarem nos meses de Verão.

Com um roteiro organizado pelo associado António Atalaya, este passeio contou com a presença de Aline Gallasch-Hall de Beuvink e José Craveiro Lopes Lobão da direcção do Núcleo da Costa do Estoril e João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, tendo ficado prometidas outras iniciativas deste representativo Núcleo. •



XXIX aniversário da RAL

No dia 19 de Maio, após uma radiosa manhã de passeio ao Mosteiro da Arrábida guiada pelo historiador Joel Moedas-Miguel, as celebrações do XXIX aniversário da Real Associação de

Lisboa, este ano ocorridas na Margem Sul do Tejo, culminaram num memorável almoço para os cerca de sessenta participantes, no restaurante Alternativa, no centro da vila de Alcochete,



FOTOGRAFIA: 1. Foto de Família em Alcochete
2. Fernando Pinto e Vasco Pinto presidente e vereador da Câmara Municipal de Alcochete com SAR o Duque de Bragança.

presidido pelos Duques de Bragança, ao qual se juntaram Fernando Pinto e Vasco Pinto, nomeadamente presidente e vereador da Câmara Municipal de Alcochete. •



Notícias da Real Associação do Porto

Como tem sido habitual, a Real Associação do Porto vem dar conhecimento de alguns eventos que organizou em 2018, dos quais queremos destacar dois:

Uma muito interessante **Visita à Honra de Barbosa**, situada na freguesia de Rans, em Penafiel, que tem a particularidade da sua Torre Militar ter sido fundada por Mem Moniz, irmão de Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques, que agrupa em torno da torre residência, a capela do Menino Deus, a antiga Câmara, a cadeia e o pelourinho do concelho, símbolo da sua autonomia e jurisdição própria.



O **Jantar Comemorativo do 29º Aniversário** da nossa Associação, que teve lugar na Casa dos Arcos, no Porto, no dia 8 de Novembro de 2018, com a presença de S.A.R. o Duque de Bragança, que, à semelhança do ano passado, teve um intuito de beneficência, revertendo parte da receita a favor da Associação Vida Norte.

Durante o jantar, foram projectadas imagens de diversos eventos realizados pela Real Associação do Porto e pela Causa Real.

Depois dos discursos houve uma muito aplaudida declamação de poesia pelas Senhoras Dra. Isabel Ponce de Leão e D. Maria Augusta Sarmento, acompanhadas à viola por Manuel Campos Costa.



Queremos também realçar a oferta do pintor Jorge Curval de dois quadros, um para sorteio e outro para leilão.

O jantar, muito apreciado e com a participação de cerca de 200 pessoas, proporcionou mais um agradável convívio de afirmação e dedicação à Família Real e à Causa Monárquica, o que constitui para a nossa associação sempre um grande estímulo.

Queremos ainda dar conhecimento que a Real Associação do Porto se congratula por ter participado activamente com a Causa Real na elaboração do “Guia Doutrinário”, que esperamos venha a ajudar a propagação das vantagens da Instituição Real em relação à Chefia de Estado Republicana.

Finalmente, regozijamo-nos com a recente eleição no Congresso em Rio Maior, pela primeira vez, de uma mulher para Presidente da Causa Real, aproveitando para desejar à Teresa Côrte-Real o maior sucesso para a nossa Causa.

• **Jorge Leão,**
Presidente da Real Associação do Porto



Comemorar Portugal em Tróia



FOTOGRAFIAS: 1. Príncipe da Beira discursa na abertura da celebração da portugalidade.
2. Príncipe da Beira com o pintor Luís Athouguia.

A Real Associação de Lisboa associou-se ao Casino de Tróia e à Academia de Letras e Artes de Portugal para a inauguração da exposição do pintor Luís Athouguia, que decorreu na noite de 9 para 10 de Junho, numa celebração da portugalidade, com a presença de S.A.R. o Senhor Dom Afonso de Bragança que leu uma mensagem aos convidados.

A ocasião incluiu uma declamação encenada da “Mensagem” de Fernando Pessoa pela actriz Susana Vitorino e uma noite de fados pela fadista Mariana Oliveira (Casa de Papel), resultando numa emocionante comemoração do Dia de Portugal, em que se recuperaram princípios e valores essenciais para o reforço da Identidade Nacional, assentes de forma estruturante nos fundamentos monárquicos da nossa nação. •

Outras Actividades das Reais Associações



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

Homenagem ao Dr. Fernando de Sá Menezes

No dia 26 de Outubro de 2018, dia em que completou 87 anos, um grupo de amigos, organizou um evento para homenagear o Dr. Fernando de Sá Menezes, não só pelo seu percurso como médico pediatra, mas também, pelas boas acções que realizou à sociedade bracarense.

Desde o momento da fundação da Real Associação de Braga, que Fernando de Sá Menezes está a ela ligado, tendo sido o seu primeiro presidente da direcção, enquanto comissão instaladora, até à realização das primeiras eleições para os corpos sociais em 1991, onde foi eleito presidente da Assembleia Geral, cargo que ocupou durante muitos anos com elevada rectidão e qualidade.

Nos primeiros momentos, no processo de instalação da Real Associação de Braga, as reuniões realizavam-se no seu consultório, sempre em clima de grande união, amizade, com uma imensa vontade de difundir o ideal monárquico e de absoluta lealdade ao Duque de Bragança, S.A.R. o Senhor Dom Duarte.



Fernando de Sá Menezes, foi o primeiro presidente da Comissão Instaladora do Hospital de São Marcos em Braga, foi eleito por unanimidade, primeiro Presidente deste Hospital e mais tarde Director de Pediatria.

A homenagem ao homem e ao profissional, que começou com o desceramento de uma placa de homenagem no Palácio do Raio, a apresentação de um livro de memórias e terminou com um jantar convívio na Colunata Eventos no Bom Jesus, mobilizou uma franja muito grande da sociedade civil, caracterizando-a o próprio como um agradecimento pelo trabalho que desenvolveu em prol da população

bracarense. Em entrevista ao Jornal Correio do Minho afirmou: “É um reconhecimento por aquilo que eu fiz. O que fiz, foi pelo hospital e, essencialmente, pelos doentes e pelo povo. Era preciso ajudá-lo (ao povo) a perder os mitos que tinham. Fiquei contente pelo reconhecimento que uma parte da Cidade teve ou tem por aquilo que eu fiz.”

Fernando de Sá Menezes, é um dos elementos mais interventivos e participativos da Real Associação de Braga e esta homenagem enche de orgulho a Real Associação de Braga em particular e todos os monárquicos em geral. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

No dia 24 de Maio, no âmbito da “Semana solidária”, no “Dia da cidadania”, organizada pela Freguesia de Viseu, a Real Associação de Viseu foi convidada a participar, na pessoa de José Carlos Seabra Pereira, no debate “Em República discutir a Monarquia”, no auditório da Escola Superior de Educação de Viseu.

Já a 7 de Julho decorreu a X VIAGEM AO PAÍS REAL da Real Associação de Viseu, efectuada em terras da Beira Baixa, e que contou com a valiosa colaboração da Real Associação da Beira Interior. Sua Alteza Real o Senhor Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu, que há muito expressou o

desejo desta visita, honrou-nos com a sua companhia. A visita, iniciada em Monsanto, onde fomos calorosamente recebidos pelo presidente da Câmara da Idanha-a-Nova, concluiu-se em Idanha-a-Velha com um programa

cultural e musical, preparado pela Real Associação da Beira Interior. Ainda em Monsanto, foi efectuada uma visita à Rádio local, em cujo edifício estava hasteada a Bandeira azul e branca com as Armas Reais. •





REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA

875.º aniversário da independência de Portugal

No passado dia 5 de Outubro, a Real Associação de Coimbra comemorou mais um aniversário da Independência de Portugal na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, acto a que se juntou a Real Associação de Viseu e onde também sempre marca presença a Real Associação da Beira Litoral.

Celebrou-se missa sufragando a alma do Rei fundador e dos seus descendentes, após o que se realizou a cerimónia evocativa da efeméride jun-

to aos túmulos dos Reis fundadores (D. Afonso Henriques e D. Sancho I).

Nesta cerimónia, na presença de dezenas de portugueses, alguns dos quais vindos propositadamente do Reino Unido, recordou-se a data de 5 de Outubro de 1143, o Tratado de Zamora, em que D. Afonso VII de Leão reconhece a existência de um novo Estado, PORTUGAL.

Esta declaração de Portugal como reino independente infelizmente não é comemorada oficialmente no próprio país, devendo ser o único país do mundo que não celebra a data da sua Independência.

Pretende a Real Associação de Coimbra que a data do aniversário da Independência de Portugal seja uma data que una todos os Portugueses. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA

“Tesouros Vivos da Madeira” é um projecto idealizado, realizado e levado a efeito pela Real Associação da Madeira, pretendendo dar prémios aos artesãos que se destacaram pela qualidade e raridade das suas obras.

O universo das artes e ofícios apresenta características únicas à guarda de muitos artesãos anónimos detentores de um conhecimento informal precioso que deve ser dignificado, reconhecido, preservado, catalogado e transmitido às futuras gerações.

A iniciativa tem por objectivo distinguir a carreira de artesãos ou de artistas escolhidos como representativos de uma determinada área das artes e ofícios, e, por outro lado, reconhecer e revelar novos talentos que



promovam o progresso, a evolução, a modernização dos ofícios em que trabalham, fomentando a passagem do conhecimento às gerações vindouras. São considerados para a atribuição deste prémio artífices e artistas naturais do Arquipélago da Madeira ou de origem madeirense que se encontrem

a residir no Arquipélago ou na diáspora Madeirense.

O projecto mereceu imediata concordância, apoio e patrocínio de Sua Alteza Real, o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, que entregou os prémios a quatro artesãos a 22 de Setembro. •

Real Gazeta do Alto Minho



Nesta edição

- Transmissão digital e versão móvel p. 10
- A Torre de Santa Maria p. 11
- Real família e sucessão p. 12
- Fundação Reguengo - do Porto ao Vale do Lima p. 13
- Real Dinastia real p. 17
- Casa Real em família na infância p. 11
- António Fagundes, primeiro para uma Inquirição p. 43
- Uma Constituição para Portugal p. 48
- Casamento Real em Inglaterra p. 51

«...A ausência de mandato temporariamente limitado permite ao Rei não ter de adequar a sua prática a ciclos políticos de circunstância, favorecendo a perenidade dos princípios...»

Real Gazeta do Alto do Minho, número 18, 11 de Novembro de 2018



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Em Julho, saiu mais um número da Real Gazeta do Alto Minho, o nº 16, e, no mesmo mês, a Real Associação de Viana do Castelo mandou celebrar, quando passavam 86 anos da morte El-Rei D. Manuel II, uma missa de sufrágio na Sé Catedral de Viana do Castelo.

No dia 9 de Agosto no Restaurante Remo em Gaminha, teve lugar o tradicional Jantar “Monárquicos em Férias”. Já em Novembro foi publicado o nº 17 da Real Gazeta do Alto Minho com artigos de alto interesse e com a qualidade a que já nos habituou. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

A Real Associação
da Beira Interior

desdobrou-se em inúmeras actividades, nomeadamente em conferências e debates, nas várias freguesias da sua área geográfica de influência.



Assim, a 5 de Julho de 2018, decorreu, no edifício da Junta de Freguesia de Castelo Branco, e com o apoio desta, uma palestra proferida por Tom Hamilton, escocês que investiga há vários anos os povos pré-romanos, sob o tema “Aníbal Barca – Castraleuca – A Cidade Perdida Cartaginense”. Na mesa esteve o orador, o presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues e, como representante da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

A mesma conferência repetiu-se a 22 de Setembro, na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, com o apoio da respectiva Câmara Municipal, tendo desta feita estado na mesa, como representante da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

Nestas palestras, Tom Hamilton falou sobre a relação entre cartagineses e a Beira Baixa, nomeadamente da teoria de Gaspar Álvares Lousada sobre a origem do nome de Castelo Branco (Castraleuca) e sobre Aníbal Barca, grande figura da história militar mundial, que terá nascido nas Ilhas Baleares, filho de uma lisboeta e do militar cartaginês Amílcar Barca e sobrinho de Asdrúbal Barca. Segundo o orador, antes das guerras Púnicas, o pai de Aníbal, Amílcar Barca, já organizara um exército na Península Ibérica, trabalho desenvolvido depois por Aníbal, que consta terá treinado o exército na Beira-Baixa e mesmo em Castelo Branco, com apoio da cavalaria vetã. Assim, na batalha de Canas, em 216 a.C., Aníbal utilizou uma cavalaria bem preparada com militares do norte

de África – cartagineses e da Península Ibérica – vetões e lusitanos.

A 7 de Julho, em cooperação com a Real Associação de Viseu e com o apoio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e da União de Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, a Real Associação da Beira Interior voltou a convidar Tom Hamilton, para uma conferência sob o tema “A Cultura Celta na Beira-Baixa”. Na mesa esteve também Rui Mateus, como representante da Real Associação da Beira Interior e o evento contou ainda com a presença do Duque de Viseu, Dom Miguel de Bragança, da presidente da Real Associação da Beira Interior, Elisa Vasconcelos e Sousa, e do presidente da Real Associação de Viseu, Álvaro Barba de Meneses.

Tom Hamilton falou sobre a existência de vestígios dos vetões em Alcains, Proença-a-Velha e Idanha-a-Velha e a presença celta em Monforte da Beira e



Rosmaninhal, sobre os seus símbolos e afirmou que os vetões criaram uma aliança com os lusitanos para combater a república de Roma, tendo a sua cavalaria apoiado o general Aníbal e os cartagineses na batalha de Canas. No final da palestra cantou Solange Branco com apoio de Tom Hamilton na viola.

Logo a seguir, a 12 de Julho, a Real Associação da Beira Interior organizou outra conferência, na Biblioteca Municipal da Covilhã, com o apoio da respectiva Câmara Municipal, subordinada ao tema “Vida e Obra de Joaquim da Silva Tavares S.J.” sendo orador convidado o historiador António Manuel Silva, conterrâneo e estudioso do jesuíta. Na mesa estiveram também a directora da Biblioteca Municipal da Covilhã, Cristina Caetano, e Luís Duque-Vieira, como representante da Real Associação da Beira Interior.

Esta palestra repetiu-se em 14 de Outubro nas Escolas do Lourçal do Campo

com o apoio da sua Junta de Freguesia, tendo sido convidada para o evento a Junta de Freguesia de Cardigos (Mação). Aqui, tratou-se de um regresso figurado de Silva Tavares ao Colégio de S. Fiel de onde havia saído após a implantação da República em 1910. Na mesa estiveram presentes, além do orador, o presidente da Junta de Freguesia de Lourçal do Campo, Pedro Serra, o presidente da Junta de Freguesia de Cardigos, Carlos Farinha Leitão, e o representante da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

António Manuel Silva apresentou breves notas biográficas daquele padre jesuíta que se distinguiu pelos seus trabalhos na área das Ciências Naturais, mais especificamente na cecidologia, pela fundação da revista Brotéria em 1902 e por ter sido professor e último reitor do Colégio de S. Fiel, escola dos jesuítas em Lourçal do Campo. Salientou a importância e

actualidade do pensamento e da obra de Silva Tavares, nascido em Cardigos no ano de 1866 e falecido em Paris em 1931, chamando a atenção para as suas várias dimensões: religiosa, bairrista, pedagógica, científica e social, referindo que foi uma figura cimeira na História das Ciências em Portugal e na Europa na primeira metade do século XX e ajudou a elevar o Colégio de S. Fiel à categoria de escola de excelên-





cia, destacando o trabalho pedagógico e a prática didáctica daquele sacerdote jesuíta, sempre motivado pelo grande objectivo da formação global dos jovens e pela harmonização entre a Ciência e a Fé.

Já no dia 24 de Setembro, a Real Associação da Beira Interior, com apoio das Tardes de Alcains, organizou, na Biblioteca de Alcains, uma palestra subordinada ao tema – “Já leram o poeta Almeida Garrett?”, que teve como orador o poeta António Salvado. Estiveram também presentes na mesa, o representante da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira, a responsável das Tardes de Alcains, Manuela Lopes e João Artur Santos.

Dando início à concretização da série de palestras anunciadas sob título de “Já leram a poesia de...?” António Salvado traçou as principais circunstâncias da biografia de Garrett e depois debruçou-se sobre a sua obra poética, finalizando com uma análise pormenorizada dos dois últimos livros de poesia de Almeida Garrett, “Flores sem Fruto” e “Folhas Caídas”.

Para comemorar o Tratado de Zamora, a Real Associação da Beira Interior, com apoio da Junta de Freguesia de Estreito, organizou, no dia 7

de Outubro, no edifício daquela Junta de Freguesia, uma conferência sobre o referido tratado, tendo convidado para orador, o historiador e militar António Mateus Alves. Na mesa estiveram também a presidente da Junta de Freguesia de Estreito, Regina Fernandes, o presidente da Câmara Municipal de Oleiros, Fernando Jorge, o presidente da Assembleia Municipal de Oleiros, José Santos Marques, a presidente da Real Associação da Beira Interior, Elisa Vasconcelos e Sousa e o seu assessor, Rui Mateus.

António Mateus Alves falou dos dois eventos diferentes que se comemoram em Portugal, o 5 de Outubro de 1143, com o Tratado de Zamora, e o 5 de Outubro de 1910, com a implantação da república.



Referiu a instabilidade do regime na primeira república, que já tinha surgido com o liberalismo, mas que se acentuou com a república e a entrada de Portugal na I Guerra Mundial. Depois, recuando no tempo, António Mateus Alves discorreu sobre o início da História de Portugal, de Vimara Peres aos condes D. Henrique e D. Teresa, ao desejo de D. Afonso Henriques em formar um novo Reino na Península Ibérica, transformando o Condado Portucalense em Reino de Portugal, da Batalha de São Mamede, “primeira tarde portuguesa” no dizer de Alexandre Herculano, e da Batalha de Ourique, em que D. Afonso Henriques se proclama Rei de Portugal.

Segundo o historiador, Portugal torna-se mesmo um novo Reino no dia 5 de Outubro de 1143 com o Tratado de Zamora e o reconhecimento do novo Reino de Portugal por parte de Afonso VII de Leão e Castela e também da Santa Sé, com a presença do Cardeal Guido de Vico. Após o Tratado, D. Afonso Henriques envia ao Papa a carta “Claves Regni” em que enfeuda o Reino de Portugal à Santa Sé, mas só em 23-05-1179, com a Bula “Manifestis Probatum”, se deu o reconhecimento oficial pela Santa Sé. •



REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

Numa acção organizada pela Real Associação do Ribatejo e pelo seu Núcleo na Golegã, no início de Novembro último, S.A.R. Senhor Dom Duarte de Bragança visitou a Feira Nacional do Cavallo na Golegã – na foto acompanhado pelo presidente da Real Associação do Ribatejo José Carlos Ramalho. •

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: A Monarquia Constitucional dos Braganças. Em Portugal e no Brasil (1822-1910)

AUTOR: Rui Ramos, José Murilo de Carvalho e Isabel Corrêa da Silva

EDITORA: Dom Quixote

PÁGINAS: 456, ilustradas

PREÇO: 25,50€ — ebook: 17,99€

Século tumultuoso, estabilidade régia

Apresentado na capa com os dísticos «Dois países, um sistema» e «Uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira» (certamente para lembrar a portugueses distraídos que 1822 foi a data desta...), este livro reúne quinze ensaios organizados em sete temáticas, todo um programa de abordagens que se desdobram e complementam: «Do Reino Unido de Portugal e Brasil às monarquias portuguesa e brasileira», «Monarquia e poder moderador», «Monarquia e poderes periféricos», «Monarquia e poder militar», «Monarquia e religião», «Monarquia e aristocracia», «Das monarquias às repúblicas».

Historiadores de reconhecido mérito, associados a academias dos dois países e também dos EUA, ocupam-se em geral aos pares de cada assunto, perspectivando-os de um e outro lado do Atlântico, naquilo a que chamam «o início de um debate comum» ou «exercício de história global» capaz de «levar o comparativismo a patamares mais elevados» (p. 14); um desses historiadores conclui até o seu ensaio com as seguintes palavras: «A monarquia constitucional em Portugal e no Brasil não deve ser desvalorizada e interpretada como atavismo [...] Pelo contrário, a sua complexidade, longevidade e flexibilidade funcional merecem atenção renovada por parte dos estudiosos, dentro e fora do mundo luso-brasileiro» (Paquette, p. 56).

Num registo sugestivo e inesperado — que importa saudar —, Miguel Metelo de Seixas aborda a heráldica dinástica bragantina enquanto poderoso «instrumento visual de comunicação política» capaz de exprimir realidades diversas: «no continente europeu, o *perpetuamento renovado* de uma monarquia antiga; no continente americano, a criação de uma *monarquia hodierna*» (p. 58). A distinção cromática e simbólica assim estabelecida com extremo zelo identitário acabaria por transmitir-se à de industriais e comerciantes presentes em exposições universais, e não apenas enquanto fornecedores da Casa Real ou Imperial. Mas nem só a todos esses: em 1848, recorda Schwarcz (p. 371), «mais de sessenta senhoras»

apresentaram-se num baile em louvor de D. Pedro II «ostentando nos trajes as cores nacionais [o verde-amarelo] e nos cabelos um ramo de café», também incluído nas armas e bandeira imperiais.

Bibliografia actualizada, uma cronologia contrastiva orientadora e um índice dos nomes citados — três peças essenciais na *construção* dum livro deste tipo — apoiam o usufruto desta obra de referência cujo interesse a distinta actualidade dos dois países (europeu um, sul-americano o outro, com tudo o que isso significa hoje) faz crescer a olhos vistos. Livros não têm prazo específico de validade, todavia iluminam mais em certos momentos do que noutros, pela circunstância em que são lidos. Regimes em crise carecem de doses reforçadas de debate lúcido e fundamentado, que não se faz apenas — não se faz sobretudo — com os sinais do tempo presente, ou sob pressionante e voraz agenda mediática.

Dizia alguém que um profundo conhecimento da História é indispensável aos actores políticos, mas, como bem sabemos — e os brasileiros sabem a bem mais duras penas —, a habilitação de muitos deles é fraca senão medíocre, permitindo perceber quanto a força da educação, uma tradição de civilidade e a qualidade das elites fazem toda a diferença no *devoir* das nações, quaisquer que sejam, onde quer que sejam.

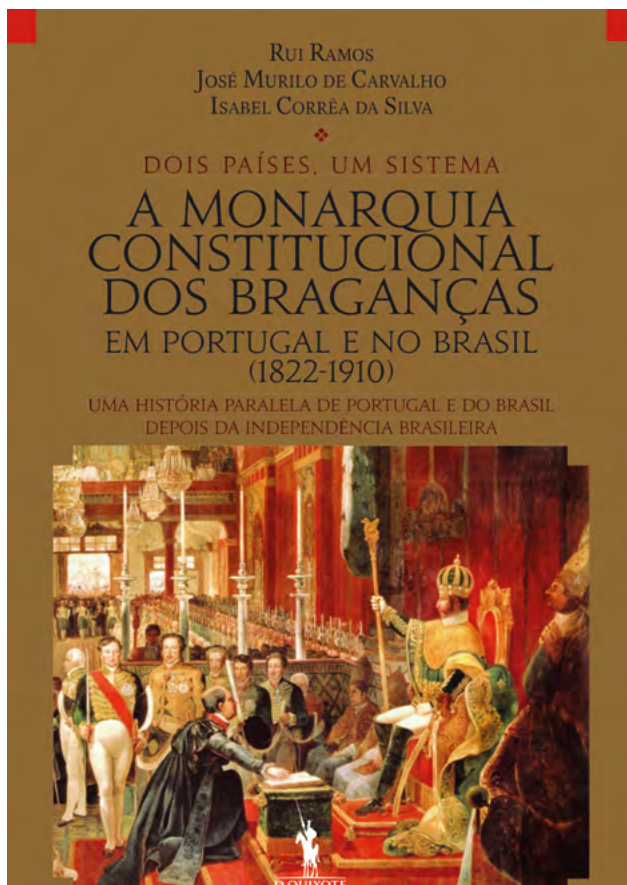
Em 1822 e século XIX adiante o Brasil podia imaginar-se como uma livre América do Norte a sul ou ver-se como «paraíso terreal com inexauríveis fontes de riquezas» (José da Silva Lisboa, 1818, cit.), potência cobiçada porém nação europeia condenada aos trópicos. Nessa altura, os seus políticos eram também os seus intelectuais mais destacados, atentos portanto aos rumos «irreversíveis» (Paquette, p. 36) forçados na Europa pela grande paulada da revolução francesa e das guerras napoleónicas (1789-1815). Subsistiu com invejável estabilidade de 1840 a 1889 — «anos tumultuosos» na vida de uma

A monarquia constitucional em Portugal e no Brasil não deve ser desvalorizada e interpretada como atavismo [...] Pelo contrário, a sua complexidade, longevidade e flexibilidade funcional merecem atenção renovada por parte dos estudiosos, dentro e fora do mundo luso-brasileiro

«sociedade inflamável e dependente da escravatura» (pp. 49, 52) —, mantendo-se, como «planta exótica na América» (Lynch, p. 422) ou firme «ilha monárquica americana cercada por todos os lados de repúblicas que

constantemente a interpelavam e desafiavam» (p. 12), de início com o utópico Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a garantir a «manutenção assistida» (Cardoso, p. 33) vital para um império em oclusão.

O conceito de monarquia constitucional, *pouvoir préserveur* ou *neutre*, criado pelo francês Benjamin Constant, compatibilizou tendências políticas e ideológicas rivais em disputa nos poderes legislativo e executivo, mas Gabriel Paquette, da John Hopkins University, admite que as classes políticas portuguesas e brasileiras «não precisavam de olhar para a França pós-napoleónica em busca de um modelo», pois os juristas «encontraram na *memória nacional* constituições orgânicas ou ancestrais, na forma de amálgama de instituições e práticas» (p. 39), «um sistema político simultaneamente



monárquico e pluralista» (p. 40), enfim uma Coroa de «postura pluralista e cooperante com as entidades com quem partilhava a autoridade jurídica e política» (p. 41), tentando levar diferentes adversários ao «reconhecimento mútuo dos seus interesses comuns» (p. 51), para evitar que o sectarismo político quebrasse o prestígio e a eficácia do regime.

Rui Ramos debate com José Murilo de Carvalho «Monarquia e poder moderador», certamente o tópico de maior repercussão porque nele reside o «prestígio e independência do trono» (Sardica, p. 400). O historiador português e biógrafo do Rei D. Carlos em 2007 desenvolve o seu ensaio — concluído com a expressão «autofagia política»... — percorrendo «A monarquização da constituição (1826-28)», «Metamorfoses do Poder Moderador no regime liberal (1834-51)», «A monarquia democrática depois de 1851», «A monarquia revolucionária», «A monarquia partidarizada», «A economia do Poder Moderador», para concluir que a democratização da monarquia deixou por fim o Rei no centro do palco político, sem resguardo e à mercê da «competição partidária» e da «deslealdade da classe política» (p. 122). Pelo seu lado, o historiador brasileiro e biógrafo de D. Pedro II também em 2007 decorre sobre «O Rei e a representação da nação», atribuindo a D. Pedro II — «sabidamente avesso ao escravismo» (Lynch, p. 420) — «preocupação constante» (p. 138) quanto à liberdade de eleição e de imprensa como alicerces do sistema constitucional, a par

da irresponsabilidade do imperador, ou rei, que o grande Joaquim Nabuco (1849-1910) identificou como «o representante do interesse nacional por excelência» (cit. p. 140) e no seu *Minha Formação* deixou registada a sua gratidão («um só sentimento», cit. p. 141) de abolicionista à princesa Isabel, por ter arriscado o trono no acto verdadeiramente histórico da Lei Áurea.

Cristina Nogueira da Silva e Paulo Silveira e Sousa dizem-nos que «os reis constitucionais portugueses não precisavam de [...] aparecer ou de ter palácios em determinados territórios para marcar uma presença simbólica e servir de elemento agregador de uma noção de comunidade nacional» (p. 169), pois «repiques de sinos, girândolas, colchas às janelas, bandeiras e flores, fórmulas populares de júbilo, se repetiriam em muitas destas visitas reais até ao final da monarquia», sendo as câmaras municipais «os espaços privilegiados para marcar os laços entre o rei e o povo» (pp. 170, 171). Pelo lado brasileiro, Miriam Dolhnikoff conclui que a monarquia constitucional («o manto monárquico») foi «o melhor regime para manter a ordem interna» — absolutamente decisiva para o novo Estado —, pois, atendidas as demandas das elites regionais, «resolveria suas diferenças no interior dos órgãos monárquicos representativos, dividindo a soberania nacional com o imperador» (p. 204).

As classes políticas portuguesas e brasileiras «não precisavam de olhar para a França pós-napoleónica em busca de um modelo», pois os juristas «encontraram na memória nacional constituições orgânicas ou ancestrais, na forma de amálgama de instituições e práticas» (p. 39), «um sistema político simultaneamente monárquico e pluralista»

Nuno Gonçalo Monteiro (com Isabel Corrêa da Silva) e Lilia Moritz Schwarcz apresentam os seus trabalhos acerca de «Monarquia e aristocracia» à luz de trabalhos produzidos na última década e meia. O português acentua a «exiguidade» da Casa Real «mais como sinal de frugalidade do que elitismo», pela «ausência de um palácio real com dignidade e espaço para funcionar como centro de convergência e acolhimento de muita gente», «acumulação de cargos nos mesmos indivíduos» e uma dotação dos reis portugueses que era, no fim das contas, «das mais baixas da Europa» em princípios do século (pp. 343, 344). E considera que D. Carlos e D. Amélia reinventaram a tradição dum *ethos* aristocrático de corte, escolhendo só figuras da antiga nobreza e grandeza do reino para os cargos não-hereditários de sua Casa, um «círculo de prestígio» sem envolvimento político reconhecido imaginado como um «dispositivo de blindagem do rei» (p. 347), mas que a crise do rotativismo não deixou que funcionasse. A historiadora brasileira começa por dizer que Oitocentos foi, além de «era da burguesia», seguindo Hobsbawm, «um momento em que a aristocracia se reinventa e ganha nova importância», e que o liberalismo se construiu no seu país «sem apagar pretensões de aristocracia e desejos de nobilitação» (pp. 352, 353), de certa

maneira a versão tropical — «só incomodada pelo sol de 40 graus», graceja — duma «espécie de aristocracia da riqueza e do poder, mas não uma nobreza hereditária de tipo europeu»; ou, dito doutro modo, «uma aristocracia fundiária, com um estilo e pretensões de fidalguia» (p. 356) que D. Pedro II haveria de alargar, senão mesmo converter em «aristocracia meritocrática» (p. 374), por exemplo distribuindo comendas a companheiros na vida cultural, em especial os literatos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

José Miguel Sardica e Christian Edward Cyrill Lynch encerram o volume, no capítulo «Das monarquias às repúblicas». Um «ambiente geral de erosão da legitimidade e de confronto e contestação», criado pelo pessimismo e a neurose como «coordenadas mentais de muita da literatura e do jornalismo de 1890 a 1910», não pôde ser contrariado, pois — considera o professor da Universidade Católica Portuguesa — «para se defender, projectar e popularizar, a monarquia precisaria de ter o que não tinha em Portugal: uma Casa Real pujante e numerosa, com recursos patrimoniais e fortuna para criar clientelas, apoiada por uma aristocracia larga e por uma Igreja Católica fiel ao trono» (p. 392). Mas Sardica também admite que o republicanismo monárquico (um s que faz toda a diferença!) «antecipara» (p. 394) parte do que o Partido Republicano, pela propaganda e mitomania triunfalistas, ou por «apropriação política» (p. 395), haveria de querer coisa sua. E reconhece que «foram muitas as vezes que os partidos do sistema monárquico cortejaram os moderados do PRP, facilitando-lhes lugares na administração pública ou em vereações camarárias», moderados para quem «o importante não era discutir formas de regime, mas conteúdos — as ideias, as mentalidades, os valores, as instituições, a sociedade e a economia do fim do século» (p. 396). E depois do atroz regicídio, «a política liberal e transigente do regime cedo revelou o efeito contrário do pretendido: em vez de dominar e meter o radicalismo na esquerda da monarquia, apenas diluía esta a caminho da revolução» (p. 400), quando um golpe militar «muitas vezes à beira

do fracasso» (p. 401), com «muito de improvisado e casual» (p. 405), não encontrou resistência monárquica e, por isso, «aconteceu-lhe triunfar» (p. 403) — aquilo a que Rui Ramos sintetizou na sua *História* como «a estranha morte da monarquia constitucional portuguesa».

O historiador brasileiro também rejeita a versão republicana da decadência do regime, que o equiparava «a um organismo biológico de idade avançada, cuja crescente decrepitude o incapacitaria de adequar-se ao mundo à sua volta» (p. 408). Arrola provas da sua «plasticidade», e — como sucedera em Portugal e Sardica referiu — afirma que «o grosso da corrente reformista não era comandada pela minoria republicana, mas pela maioria liberal monárquica», e que «um estudo das contestações à ordem monárquica liberal brasileira *precisará dar* a cada corrente o peso que efectivamente tiveram no reformismo que marcou as décadas de 1870 e 1880» (p. 409). As conclusões de Christian Edward Cyrill Lynch são impactantes: «o regime monárquico não estava necessariamente marcado para morrer em 1889», «por 50 anos mantivera uma relação visceral com o projecto nacional brasileiro»; «se orientava por uma cultura política tipicamente liberal, dominante na Europa e na América daquela época»; e «não caiu de podre. Caiu, ao contrário, quando estava se recuperando, e porque estava se recuperando» (p. 430). Conclusões impactantes mas também arrasadoras: «O 15 de Novembro rompeu a tradição política de mudança institucional negociada e inaugurou na cultura política brasileira a tradição do golpe como meio de resolução unilateral dos conflitos. Além disso, fez tábua rasa de toda a experiência adquirida do sistema representativo, nos 67 anos anteriores, relativa a instituições como parlamentarismo, magistratura nacional, justiça administrativa, descentralização moderada», e além disso «a modalidade golpista e radical das reformas incompatibilizou o novo regime com o liberalismo» (p. 430). Caso para perguntar: — Onde é que já vimos isto?!...

• VASCO ROSA

Estes e outros produtos à sua espera em www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115



Panamá

10€



40€

Gravata de Seda
(várias cores)

NOVIDADE



Livro - Por que sou Monárquico

18€



Porta-chaves

8€



Guarda-chuva

15€

NESTE NATAL
VISTA AS NOSSAS CORES



NOVIDADE

40€

Lenço de Seda



Notícias da Fundação D Manuel II



Nos dias 8 e 9 de Junho, S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança, visitou Montalegre, por ocasião do dia do Município, a convite do presidente da Câmara, Manuel Orlando Alves, (<https://diarioatual.com/dom-duarte-pio-visitou-montalegre/>) tendo sido descerada por ambos uma placa comemorativa do restauro do Castelo. Presidiu ainda à “Conferência Couto Misto - Caminho Privilegiado”.

No mesmo mês, no dia 20, o Senhor Duque de Bragança participou também nas cerimónias do Dia do Município de Ourém, a convite do seu Presidente, Luís Miguel Coutinho Albuquerque. Nesta ocasião foram homenageados os antigos Condes de Ourém, título que hoje em dia é detido pelo Chefe da Casa de Bragança como herdeiro do 1º Conde de Ourém, S. Nuno Álvares Pereira.

Já em Julho, no dia 7, Suas Altezas estiveram presentes no lançamento do livro de memórias do Rei Simeão da Bulgária e no dia 9 jantaram com S.A.R., o Príncipe Aga Kahn, no Palácio de Queluz.

A Família Real visitou o Porto de Sines, no dia 18 de Julho, a convite da sua Direcção, tendo a ocasião de se inteirar do extraordinário trabalho que está a ser realizado.

Numa visita a Itália, dias 30 e 31 de Julho, teve lugar o acto solene, na sede da Cruz Vermelha italiana, da condecoração da bandeira dessa secular instituição com a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, tendo o Senhor Duque de Bragança sido, por sua vez, condecorado pela Cruz Vermelha Italiana pelo seu presidente, Francesco Rocca. O Rei de Portugal D. Pedro V já tinha apoiado a Fundação da Cruz Vermelha em Itália, condecorando-a com a mesma

Ordem. Nesta visita incluiu-se também uma visita oficial à histórica cidade de Ferentino, organizada pelo Núcleo Italiano da Real Ordem de São Miguel de Ala.

No dia 2 de Setembro SS.AA.RR., os Senhores Duques de Bragança estiveram presentes na entronização do Arcebispo de Évora, Dom Francisco Senra Coelho, que teve lugar na Catedral de Évora e, no dia 16, o Senhor Dom Duarte de Bragança participou na cerimónia comemorativa dos 520 anos do Santuário de Nossa Senhora da Lapa, no Concelho de Sernancelhe.

Em Abril, o Senhor Dom Duarte de Bragança tinha ido à Rússia, acompanhado pela direcção da Fundação Junção do Bem, para convidar Sua Eminência o Metropolita Hilarion Volokolamsk, responsável pelas relações internacionais da Igreja Ortodoxa Russa, a vir a Portugal e a realizar uma conferência. Nessa ocasião o Senhor Dom Duarte visitou também o Patriarca Kyrill de Moscovo e de todas as Rússias, que apoiou a iniciativa. A visita concretizou-se e a conferência realizou-se no dia 19 de Setembro, na Universidade Católica de Lisboa, tendo o Metropolita sido recebido pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.



Logo a seguir, no dia 21, o Senhor Dom Duarte de Bragança esteve presente na cerimónia de entronização de Sua Alteza Sereníssima o Príncipe Alberto II do Mónaco na Confraria do Vinho da Madeira, da qual o S.A.R., é membro fundador, e que teve lugar no Instituto do Vinho do Bordado e do Artesanato da Madeira.

No dia 29 de Setembro, o Senhor Dom Duarte de Bragança recebeu o prémio Otto von Habsburg, na gala de entrega da IX edição deste prémio internacional, que teve lugar no salão nobre do Regimento de Artilharia Nº 5, na Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia. Sua Alteza Real foi agraciada com este prémio devido às suas actividades culturais a favor de uma união cultural entre as nações europeias.

O Senhor Dom Duarte esteve, no dia 9 de Outubro, na inauguração da exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa, intitulada *A Língua Portuguesa em nós*, que teve lugar no MAAT – Central Tejo.

A fim de participar nas celebrações dos 600 anos do Achamento da Ilha e para se reunir com os monárquicos de Porto Santo no âmbito de uma iniciativa da Real Associação da Madeira e Porto Santo, o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, deslocou-se à ilha de Porto Santo.

No dia 1 de Novembro, foi carinhosamente recebido pela população do Porto Santo e pelas autoridades locais e regionais, por ocasião das cerimónias que assinalaram a efeméride e que contaram com a participação do Presidente da República, do representante da República para a Madeira, do presidente da Assembleia Legislativa Regional, do presidente do Governo Regional da Madeira, do bispo da Diocese do Funchal e do comandante da Zona Militar da Madeira. Deslocou-se ainda ao Campo Experimental de Agricultura da ilha onde ficou a conhecer melhor as actividades do sector agropecuário e a realidade dos agricultores locais.

No dia seguinte, o Senhor Dom Duarte foi orador convidado na abertura da conferência “600 Anos de Globalização: A Madeira na Expansão Marítima Portuguesa”, com uma intervenção denominada “As Comunidades Luso-Descendentes da Ásia e a sua



ligação à Diocese do Funchal”, transmitindo aos presentes um pouco do seu conhecimento da riqueza da cultura portuguesa espalhada pela Ásia, bem como do papel que teve a Diocese do Funchal nas missões dos Jesuítas e na afirmação da presença Portuguesa no Oriente. Em seguida, a Real Associação da Madeira e Porto Santo organizou um convívio, com uma participação significativa de monárquicos e das forças vivas da sociedade local, tendo Dom Duarte de Bragança conhecido diversos artesãos que ofereceram exemplares representativos do seu trabalho.



Dom Duarte de Bragança no Funchal para a entrega dos Prémios Infante D. Henrique

Numa cerimónia presidida por Dom Duarte Pio de Bragança, que decorreu na sala da Assembleia Municipal do Funchal, no passado dia 31 de Outubro, foram entregues, pelo presidente da edilidade, Paulo Cafôfo, e pela vereadora com o pelouro da Educação, Madalena Nunes, os Prémios Infante D. Henrique.

Na cerimónia estiveram presentes jovens da APEL, Colégio Infante D. Henrique, Escola Secundária Francisco Franco, Escola de Enfermagem São José de Cluny e da CRIAMAR, que concluíram os vários níveis de um prémio criado em moldes semelhantes ao Prémio Duque de Edimburgo. Os participantes no programa têm de realizar acções de voluntariado, actividades desportivas e desenvolver talentos individuais. Como referiu o Chefe da Casa Real Portuguesa, só em voluntariado, o programa registou mais de 3.800 horas.

O Senhor Dom Duarte destacou, na sua intervenção, a importância de “acrescentar mais valor aos currículos dos jovens” através da “educação não formal” e o desenvolvimento de “valores fundamentais para a vida”, como a solidariedade. Acrescentou que o programa tem registado uma procura crescente em

Portugal. “O mundo global é demasiado exigente e é importante que os jovens invistam na sua formação”, referiu ainda o Duque de Bragança.

O Prémio Duque de Edimburgo, no qual está integrado o Prémio Infante D. Henrique, está presente em 140 países. Em Portugal, começou em 1988, por iniciativa da Casa Real e recebeu o reconhecimento internacional em 2015.



FONTE/FOTOS – DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA

BOHEMIA Porter

EDIÇÃO LIMITADA

Com espuma cremosa,
notas de Café
e Chocolate preto



perfeita para
acompanhar:
petiscos de inverno

Seja responsável. Beba com moderação.